

UNIVERSIDADE ABERTA



**Os atos de promessa e de ameaça em contexto de aprendizagem do Português como
Língua Não Materna:
contributos para a reflexão sobre o desenvolvimento da competência pragmática**

Maria de Fátima Rodrigues Silva

Mestrado em Português Língua Não Materna

Orientadora: Professora Doutora Carla Aurélia de Almeida

fevereiro 2026

Agradecimentos

Aos meus amados filhos, Tiago e Beatriz, por estarem sempre disponíveis para me ajudar.

Ao meu querido marido, pelo incentivo ao longo de todo o processo, por me ter feito acreditar.

À querida professora Carla, que esteve sempre presente.

Aos meus queridos alunos, a quem agradeço, todos os dias, a colaboração e afeto.

Às «taxistas» e aos outros queridos colegas que tive o prazer de conhecer, que foram luz em momentos de incerteza e que me ajudaram a transformar hesitações em passos firmes, nesta difícil caminhada.

À minha querida colega Margarida Heliodoro, por todos os gestos e expressões faciais que me fez, desde o momento em que lhe disse que tinha um ano para «dar conta do recado».

Às minhas queridas colegas, Dina, Sandra e Susana, por acreditarem mais em mim do que eu.

À minha querida amiga Kátia, pela disponibilidade, pela colaboração, pelo cuidado.

À minha querida colega Cristina Galamba, que me ajudou a «desbloquear».

Dedicatória

À minha querida mãe e ao meu querido pai, que carregaram o mundo por mim e nunca me deixaram desistir.

Ao meu querido sogro, que tinha um imenso orgulho em mim.

Declaração de Integridade



DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

STATEMENT OF INTEGRITY

Declaro ter atuado com integridade na elaboração da presente dissertação/tese. Confirmando que em todo o trabalho conducente à sua elaboração não recorri à prática de plágio ou a qualquer outra forma de falsificação de resultados.

Mais declaro que tomei conhecimento integral do Regulamento Disciplinar da Universidade Aberta, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 215, de 6 de novembro de 2013.

I hereby declare having conducted my thesis with integrity. I confirm that I have not used plagiarism or any form of falsification of results in the process of the thesis elaboration.

I further declare that I have fully acknowledged Disciplinary Regulations of the Universidade Aberta (regulation published in the official journal Diário da República, 2.ª série, N.º 215, de 6 de novembro de 2013).

Universidade Aberta, 11 de fevereiro de 2016

Nome completo/Full name: *Maria de Fátima Rodrigues Silva*

Assinatura/Signature:

Maria de Fátima Rodrigues Silva

manuscrita ou digital / handwritten or digital

Tema: Os atos de promessa e de ameaça em contexto de aprendizagem do Português como Língua Não Materna: contributos para a reflexão sobre o desenvolvimento da competência pragmática

Resumo

Diversos estudos têm confirmado o contributo da competência pragmática para a eficácia da comunicação interpessoal, mas, apesar da sua relevância, a investigação sobre os atos ilocutórios de promessa e ameaça, em particular, no âmbito do ensino e aprendizagem do português como língua não materna, ainda é escassa, o que justifica a pertinência deste estudo. O principal objetivo desta investigação consiste em compreender o desempenho de aprendentes de Português Língua Não Materna (PLNM), dos níveis de proficiência linguística iniciais a avançados, na realização e perceção dos atos de promessa e de ameaça, que se revestem de alguma complexidade, dadas as implicações de índole diversa. Através deste estudo, pretendemos (i) identificar as estruturas linguísticas mais utilizadas e compreendidas na realização dos atos em análise; (ii) verificar o grau de compreensão das formulações diretas e indiretas dos atos em análise e a frequência com que são utilizadas, (iii) verificar como é gerida a (in)delicadeza; (iv) identificar os mecanismos de mitigação ou intensificação utilizados, bem como a influência dos contextos comunicativos na seleção das estruturas linguísticas. Para tal, recorreu-se a instrumentos de elicitación escrita, analisados através de uma abordagem mista, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos, fundamentados na teoria dos atos de fala e na pragmática intercultural. Os resultados obtidos permitem aprofundar o conhecimento sobre o desenvolvimento da competência pragmática, contribuindo a investigação para a reflexão sobre práticas de sala de aula e o desenvolvimento de estratégias didáticas promotoras de usos mais adequados e eficazes da língua.

Palavras-chave: competência pragmática; atos de fala; promessa; ameaça; PLNM; pragmática intercultural.

Abstract

Several studies have confirmed the contribution of pragmatic competence to the effectiveness of interpersonal communication. However, despite its relevance, research on the illocutionary acts of promise and threat—particularly within the teaching and learning of Portuguese as a non-native language—remains scarce, which underscores the pertinence of this study. The main objective of this investigation is to understand the performance of learners of Portuguese as a Non-Native Language (PLNM), from beginner to advanced proficiency levels, in the production and interpretation of promise and threat acts, which present considerable complexity due to their diverse sociocultural implications. This study aims to: (i) identify the linguistic structures most frequently used and understood in the realisation of these acts; (ii) examine the degree of comprehension of direct and indirect formulations and their frequency of use; (iii) analyse how (in)politeness is managed; and (iv) identify mechanisms of mitigation or intensification, as well as the influence of communicative contexts on the selection of linguistic forms. Data were collected through written elicitation instruments and analysed using a mixed-methods approach, combining quantitative and qualitative procedures grounded in speech act theory and intercultural pragmatics. The findings deepen our understanding of the development of pragmatic competence and contribute to the reflection on classroom practices and the development of didactic strategies that promote more appropriate and effective language use.

Keywords: pragmatic competence; speech acts; promise; threat; PLNM; intercultural pragmatics.

Índice

Capítulo I - Introdução	1
Capítulo II - Enquadramento teórico	9
2.1 A competência pragmática	10
2.2 A pragmática intercultural	11
2.3 A teoria dos atos de fala de Austin	13
2.4 O contributo de Searle.....	14
2.5 Especificidades dos atos de promessa e de ameaça, enquanto atos comissivos	16
2.6 Promessa e ameaça, enquanto atos ameaçadores da face.....	20
2.6.1 O ato de ameaça	24
2.6.1.1 O ato de ameaça – Formas de realização	28
2.6.2 O ato de promessa.....	31
2.6.2.1 O ato de promessa – Formas de realização.....	32
Capítulo III - Metodologia	34
3.1 Participantes	35
3.2 Instrumentos de recolha de dados	35
3.3 Procedimentos de análise.....	36
Capítulo IV - Apresentação e discussão dos resultados	38
4.1 Análise sociolinguística	39
4.2 Análise do questionário aplicado	44
4.3 Discussão dos resultados	58
Capítulo V - Conclusão.....	71
Referências bibliográficas	75
Anexos.....	88
Anexo I	89
Anexo II	93
Anexo III	96

Índice de Quadros

Quadro: 1.1 – Os atos de fala, de acordo com a perspectiva de Searle	15
Quadro: 4.1 - Nível de proficiência linguística das línguas faladas pelos participantes	41
Quadro: 4.2 – Identificação de atos de promessa e atos de ameaça	45
Quadro: 4.3 – Taxas de respostas certas por enunciado	46
Quadro: 4.4 – Compreensão da estrutura «se p, q!,» em atos de ameaça - Taxas de respostas certas por nível de proficiência linguística	47
Quadro: 4.5 - Taxas de respostas certas por enunciado, na identificação de atos de promessa	48
Quadro: 4.6 - Produções escritas (atos de promessa)	49
Quadro: 4.7 - Estruturas linguísticas mais usadas (atos de promessa)	51
Quadro: 4.8 - Estruturas utilizadas em atos de promessa - Números de participantes e respetivo nível de proficiência linguística	54
Quadro: 4.9 - Taxas de respostas certas por enunciado, na identificação de atos de ameaça	56
Quadro: 4.10 - Compreensão da estrutura «se p, q!,» em atos de ameaça - Taxa de respostas certas por nível de proficiência linguística	56
Quadro: 4.11 - Distribuição dos participantes na seleção do enunciado que configura um ato de ameaça	57

Índice de Gráficos

Gráfico: 4.1 – Distribuição da amostra por país de origem	39
Gráfico: 4.2 - Língua(s) materna(s) dos participantes	40
Gráfico: 4.3 - Tempo de exposição à língua-alvo	44
Gráfico: 4.4 - Nível de proficiência linguística dos participantes bem-sucedidos	45
Gráfico: 4.5 - Enunciados percebidos como atos de promessa	48
Gráfico: 4.6 - Atos de promessa – tipo de formulação utilizada	53

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

LE – Língua estrangeira

LNМ – Língua não materna

PLNM – Português Língua Não Materna

QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas

Capítulo I - Introdução

A competência pragmática refere-se à capacidade de usar a língua de forma adequada ao contexto, o que envolve não só o conhecimento das normas socioculturais como também as intenções comunicativas que orientam os atos de fala (Darong, 2024).

Esta competência, desempenha, assim, um papel crucial no domínio da interação. Comunicar de forma eficaz implica não apenas o conhecimento do que se pretende dizer, mas também o modo como se diz o que se quer dizer: «How to say it is also essential», aponta Darong (2024), enfatizando a necessidade do contacto dos aprendentes de uma língua estrangeira (LE) com estas duas realidades «in classroom teaching interactions» (Darong, 2024, p. 3). Na verdade, a aprendizagem de uma língua não passa apenas pela aquisição de regras gramaticais e de vocabulário e, neste sentido, devem ocupar lugar de destaque, no domínio do ensino e aprendizagem de uma LE, os atos ilocutórios ou atos de fala.

Para os professores de língua não materna (LNM), ensinar os atos de fala constitui um verdadeiro desafio. Por outro lado, compreender os atos de fala numa LE pode ser difícil não só para aprendentes de níveis de proficiência linguística mais baixos, como também para aqueles que estão pouco expostos à língua-alvo, fora da sala de aula.

Yi-xuan (2016) considera que o ensino dos atos de fala, em aulas de aprendizagem de uma LE, não pode ser negligenciado, valorizando, em particular, o ensino dos atos ilocutórios indiretos, cuja utilização está associada ao tipo de relação social estabelecida entre os interactantes¹, impactando a comunicação intercultural (Yi-xuan, 2016).

De acordo com Darong (2024), também, seria desejável que os aprendentes adquirissem «formas convencionais únicas»² (Darong, 2024, p.1), já que as convenções diferem de língua para língua, de cultura para cultura e até no seio de um determinado grupo, sendo comum os aprendentes interpretarem os atos de fala na língua-alvo (L2) à luz dos seus próprios conhecimentos culturais e linguísticos³. Desta forma, Darong (2024) considera que seria, assim, «vantajoso e crucial reconhecer as normas socioculturais sobre o uso da linguagem para expressar atos de fala e características

¹ «The social rules decide the speech acts in different languages. » (Yi-xuan, 2016, p. 517)

² Tradução nossa da expressão « unique conventionalized forms» (Darong, 2024, p.1)

³ Tradução nossa da seguinte frase: «Furthermore, when interpreting meaning in L2 contexts, language learners rely primarily on their cultural and linguistic backgrounds» (Darong, 2024, p.1).

linguísticas para comunicar»⁴ (Darong, 2024, p.1). Ao valorizar os atos de fala em sala de aula, os aprendentes estarão, de acordo com o autor, «mais bem preparados para interações da vida real, resultando num uso mais genuíno e eficaz da linguagem»⁵ (Darong, 2024, p.5).

Xin (2019) considera que a competência pragmática «não é ou raramente é abordada em sala de aula» (Xin, 2019, p.31), adiantando que esta competência não é «objeto de ensino explícito» por razões diversas, tais como a inexistência de recursos didáticos disponíveis, que apresentem materiais autênticos (evidência corroborada, também, por autores como Taguchi, 2011 e David, 2016), ou a dificuldade sentida pelos docentes associada às questões relacionadas com o uso da língua, que criam algumas dúvidas, em consequência, por vezes, da falta de formação específica nesta área. Com efeito, Xin (2019) defende que persiste «a ideia de que o conhecimento pragmático se desenvolve por si mesmo, à medida que o nível de proficiência linguística vai aumentando, sem haver necessidade de uma intervenção pedagógica explícita» (Xin, 2019, p.31). Neste sentido, o autor defende a necessidade de se desenvolver a competência pragmática dos aprendentes de uma LE, já que «as consequências de erros pragmáticos são mais graves dos que as que decorrem de um erro linguístico – as falhas pragmáticas são interpretadas no plano das relações interpessoais ou sociais» (Xin, 2019, p.32). Xin (2019) justifica a pertinência do ensino explícito dos atos ilocutórios por aprendentes de uma língua não materna, já que podem ocorrer erros de natureza pragmalinguística, relacionados com o conhecimento de «recursos linguísticos disponíveis que permitem construir atos ilocutórios específicos em contextos particulares» (Xin, 2019, p.34) ou de natureza sociopragmática (relacionados com o conhecimento das normas sociais em vigor numa dada sociedade e das variáveis do poder e da distância social, que permitem um uso adequado da língua), decorrentes das transferências pragmáticas negativas⁶. Na verdade, de acordo com o autor, é frequente

⁴ Tradução nossa da seguinte afirmação: «advantageous and crucial to recognize the socio-cultural norms on the use of language to express speech acts and linguistic features to communicate» (Darong, 2014, p.1).

⁵ Tradução nossa da seguinte afirmação: «better prepared for real-life interactions, resulting in more genuine and impactful language use.» (Darong, 2014, p.5).

⁶ No estudo realizado em 2017, Maíz-Arévalo, também, destaca situações que podem decorrer da interação entre falantes nativos e aprendentes de uma LE. Em primeiro lugar, a investigadora sublinha a designada «pragmatic failure» (Thomas 1983), que, de acordo com o autor citado por ela, é uma relevante fonte de «cross-cultural communication breakdown» (Maíz-Arévalo, 2017, p. 80). Em segundo lugar,

a tendência dos aprendentes para «fazer transferências no plano do uso da LM para o plano do uso da língua-alvo» (Xin, 2019, p.34). É comum o aprendente transportar para o novo idioma a sua própria visão de mundo, mediada pela pragmática da sua língua de origem (Gonçalves, 2019, pp. 20-21). Ora o «conhecimento pragmático adquirido ao mesmo tempo que se adquire a língua materna não pode ser transferido diretamente para a língua-alvo» (Runnan, 2021, p. 16). Xin (2019) acrescenta, ainda, que as dificuldades manifestadas pelos aprendentes estão associadas à expressão de determinadas intenções (objetivo ilocutório) ou à compreensão da «força ilocutória de um determinado ato de fala» (Xin, 2019, p.34)⁷. Destacando estudos realizados neste âmbito, apresenta, também, a sua convicção de que «o conhecimento relativo aos atos ilocutórios da LE [língua estrangeira] pode ser incipiente, incompleto ou deficitário para muitos aprendentes, incluindo aqueles com competência gramatical razoavelmente avançada» (Xin, 2019, p.34).

Salema e Carapinha (2022) destacam, por outro lado, a ideia de que «o número de alunos por turma, as poucas horas de contacto entre o professor e o aluno e ainda as poucas oportunidades de interação com nativos podem ser fatores que obstaculizam as aprendizagens de carácter pragmático (Rose, 1999), razão por que a importância do ensino explícito dos atos de fala é indiscutível» (Salema & Carapinha, 2022, p.252). Porcellato e Blanco (2022) sublinham, ainda, a inadequação do *input* apresentado pelos materiais utilizados em sala de aula para o desenvolvimento da competência pragmática, nomeadamente pelos manuais escolares, e o reduzido número de atividades promotoras da consciência metapragmática dos aprendentes propostas nestes materiais. Através do estudo realizado, as autoras puderam concluir que «a conceção de língua dos manuais analisados centra-se ainda muito no código e não no uso em si». Negligenciando a dimensão pragmática, os manuais analisados no estudo não conduzem

aludindo aos estudos de Zamborlin (2017), cita o autor, que sublinha as circunstâncias («dissonances») «in which speakers, deliberately or not, organize the linguistic action in such a way that hearers perceive it as conflicting with the harmonious flow of the conversation (Zamborlin 2007, 22)».

⁷ De acordo com Almeida (2016), a «força ilocutória diz respeito ao sentido dos atos, o qual é calculado pelo alocutário em função das regras constitutivas dos atos e que correspondem às condições de felicidade subjacentes à realização dos atos de discurso. Assim, o objetivo ilocutório diz respeito à orientação dos atos em relação aos intervenientes da interação verbal e a força ilocutória é, no caso dos atos indiretos, calculada através de implicaturas conversacionais (Grice, 1975) com base nas máximas de Grice, sem um indicador de força ilocutória explícito.» (Almeida, 2016, p.7).

os aprendentes à reflexão «sobre a relação entre a língua e seu contexto de uso». (Porcellato & Blanco, 2022, p.367).

Ainda que seja importante que o aprendente de uma LE produza enunciados corretos do ponto de vista gramatical, afigura-se-nos que, efetivamente, se torna também importante valorizar aspectos como a adequação ao contexto de comunicação e à finalidade/intenção, à identidade e estatuto do ouvinte. A forma como comunicamos pode colidir com a cultura do nosso interlocutor: Algumas expressões adequadas na língua materna podem ser ofensivas na língua-alvo; a forma como as pessoas verbalizam determinadas intenções difere de cultura para cultura, de língua para língua. As estratégias verbais utilizadas, por exemplo, no âmbito da cortesia, ou seja, as «estratégias linguísticas e discursivas [que podemos usar] para concretizar o trabalho de *facework*, isto é, o trabalho de salvaguardar as faces» (Runnan, 2021, p.10), estão dependentes das diferentes culturas: «nas culturas mediterrânicas, incluindo a portuguesa, que é uma sociedade convivial, prefere-se a generosidade, a solidariedade, o consenso e o tato (Carreira, 2005)» (Runnan, 2021, p.11). Obedecendo a «vários códigos morais e culturais» (Simão, 2024, p.22), a delicadeza pode efetivamente assumir diferentes representações, o que tem implicações na forma como comunicamos. Neste sentido, Runnan (2021) enfatiza a consideração pelos falantes destas especificidades associadas à cortesia e a adequação «aos *ethes* de cada comunidade, ou seja, aos costumes, aos rituais e às práticas sociais dessa comunidade» (Runnan, 2021, p.11), com vista à realização de atos ilocutórios bem-sucedidos.

No que diz respeito, em particular, aos atos de promessa e de ameaça, estudos têm sublinhado algumas considerações relevantes.

Fraser (1998) considera que a percepção de um ato de ameaça, quando expresso indiretamente, constitui uma área bastante problemática, entre falantes nativos, uma vez que as inferências que podem ocorrer dos enunciados pronunciados dependem de fatores muito diversificados. Egner (2002), que se dedicou ao estudo do ato de promessa, mais particularmente à forma como africanos e ocidentais usam aquele ato, pôde constatar que existem diferenças relevantes: para um falante africano «just stating an intention to perform an act in the hearer's favour does not yet imply commitment or even presuppose the ability to carry out the fact'» (Egner, 2002, p.10), aponta o autor. Maíz-Arévalo (2017), no âmbito da aprendizagem de uma LE, citando os estudos de

Ponte (2017), destaca a importância de se saber usar corretamente verbos performativos⁸, como, por exemplo, «prometer», geralmente associados a atos de promessa, mas que podem ser usados na realização de atos de índole diferente.

No entanto, a investigação, neste âmbito, é ainda muito escassa, principalmente no que diz respeito à aprendizagem do português enquanto língua não materna.

Desta forma, justifica-se a relevância desta investigação, dadas as implicações que dali decorrem para a reflexão sobre o desenvolvimento da competência pragmática. A verificação da forma como os aprendentes de Português Língua Não Materna (PLNM) produzem e percebem os atos de promessa e de ameaça associada à identificação das áreas mais problemáticas, através da recolha de dados decorrentes da elicitación de discurso, sob a forma escrita, possibilita ao investigador a reflexão sobre as áreas mais problemáticas, constituindo um ponto de partida para a concertação de estratégias de ensino dos atos de fala, promotoras não só do desenvolvimento linguístico e pragmático dos aprendentes como também da sua integração social, por poderem reduzir substancialmente o conflito que pode resultar incompreensão dos atos usados na comunicação intercultural (Saleh, 2021).

Sendo o principal objetivo deste estudo obter uma melhor compreensão do desempenho de alunos de PLNM, no âmbito da utilização e compreensão dos atos ilocutórios de promessa e de ameaça, e tendo por base as produções linguísticas de aprendentes de níveis de proficiência linguística A1 a C1, pretendemos dar resposta às seguintes questões de investigação:

(1) Que estruturas linguísticas são mais usadas e compreendidas pelos aprendentes na realização dos atos de promessa e de ameaça?

(2) Que formulações (diretas ou indiretas) dos atos de promessa e de ameaça são mais utilizadas e compreendidas pelos aprendentes?

(3) Como é percebida e gerida a (in)delicadeza em atos de promessa e de ameaça?

(4) Que mecanismos de mitigação e/ou de intensificação são utilizados pelos aprendentes, na realização de atos de promessa?

⁸ Designação atribuída por Austin a verbos como, por exemplo, *prometer, jurar, condenar*, através dos quais se realiza o que é dito.

(5) De que forma os contextos de uso determinam a seleção das estruturas linguísticas usadas pelos aprendentes nos atos de ameaça e de promessa?

As hipóteses que levantamos neste estudo são as seguintes:

Hipótese 1: Os aprendentes de níveis de proficiência mais avançados têm mais facilidade em distinguir o ato de promessa do ato de ameaça.

Hipótese 2: Os aprendentes dos níveis de A1 e A2 de PLNM realizam atos de promessa explícitos, recorrendo a verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

Hipótese 3: Os atos de ameaça realizados com estruturas como «se p, q!» são mais compreendidos pelos aprendentes de níveis de proficiência linguística mais avançados.

A metodologia que adotamos assenta na recolha de dados juntos de aprendentes de PLNM, integrados em diferentes níveis de proficiência linguística, através de instrumentos de elicitación escrita. A análise combina uma abordagem quantitativa com uma abordagem qualitativa, orientada pela teoria dos atos de fala e pela pragmática intercultural.

Esperamos que a presente investigação possa contribuir para a ampliação do conhecimento acerca da aquisição da competência pragmática no domínio da aprendizagem do PLNM, nomeadamente no que diz respeito aos atos de promessa e ameaça. Para além disso, e do ponto de vista pedagógico, acreditamos que o trabalho desenvolvido possa contribuir para fomentar a criação e desenvolvimento de metodologias ativas adequadas e estratégias eficazes no domínio da competência pragmática, em particular no que diz respeito aos atos em estudo.

A dissertação está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, que corresponde à introdução, apresenta-se um enquadramento geral do tema, a justificação do estudo, as questões a que pretendemos dar resposta, as hipóteses levantadas, os objetivos e a forma como o estudo está organizado. No segundo capítulo, apresenta-se o enquadramento teórico, dando-se ênfase às especificidades dos atos ilocutórios em análise. No terceiro capítulo, descreve-se a metodologia adotada, fornecendo-se informação sobre os participantes, os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos de análise. O quarto capítulo integra os resultados obtidos e a respetiva análise e discussão. O quinto capítulo, que corresponde à conclusão, apresenta

as principais conclusões a que chegamos bem como as implicações para o ensino do PLNM, no âmbito da competência pragmática, tendo também a referência às limitações do estudo.

Os instrumentos utilizados na recolha de dados bem como o documento relativo ao consentimento informado podem ser encontrados nos anexos deste estudo.

Capítulo II - Enquadramento teórico

2.1 A competência pragmática

De acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR), a competência comunicativa inclui três componentes: a componente linguística, a componente sociolinguística e a pragmática⁹. Foi Dell Hymes, linguista e antropólogo norte-americano, quem introduziu o conceito de competência comunicativa nos anos 60. De acordo com Hymes, para uma comunicação efetiva, não basta ter o conhecimento das regras gramaticais de uma língua, isto é, o conhecimento gramatical, comumente aceite como uma das indispensáveis condições para a fluidez e precisão da comunicação de um aprendente de uma LE (Yi-xuan, 2016, p. 517). É necessário que, a par da competência linguística, os falantes tenham conhecimento do que é apropriado num determinado contexto, isto é, o conhecimento sociocultural. O conhecimento gramatical e o conhecimento sociocultural «determinam a adequação do uso linguístico no contexto», aponta Xin (2019, p.31). Na verdade, e de acordo com o QECR, conhecer o «uso funcional dos recursos linguísticos» (Conselho da Europa, 2011), ou seja, «saber atuar linguisticamente em cada situação, dominar as regras socioculturais de uso da língua, construir textos coesos, saber gerir de forma adequada a nossa participação numa interação verbal, enfim, ter, em simultâneo, uma competência pragmática» (Xin, 2019, p.31) é determinante no âmbito da aprendizagem de uma Língua Não Materna (LNM).

A competência pragmática diz respeito à capacidade de comunicar sentidos e intenções através de atos de fala de um modo adequado ao contexto social e cultural (Limberg, 2015). O desenvolvimento da competência pragmática dos aprendentes de LNM está associado, segundo Lajewski e Almeida (2022), ao estabelecimento de representações do conhecimento pragmático e ao «processamento dos aspetos pragmáticos» (Lajewski & Almeida, 2022, p. 81). Quanto maior for o «conhecimento pragmático» e mais rápido o «processamento dos aspetos pragmáticos», maior será o nível de proficiência linguística a alcançar pelo aprendente, que garantirá, por exemplo, a compreensão crescente de atos de fala indiretos, apontam as autoras, competência

⁹ «A competência comunicativa em língua compreende diferentes componentes: linguística, sociolinguística e pragmática.» (Conselho da Europa, 2001, p.34).

em que os aprendentes de LNM manifestam dificuldades¹⁰, «o que sugere a necessidade de estratégias mais direcionadas e práticas» (Zhang, 2023, p.61).

2.2 A pragmática intercultural

No âmbito do ensino de uma LE, o desenvolvimento da competência pragmática está, assim, intrinsecamente ligado à pragmática intercultural, uma vez que aprender uma nova língua implica também compreender as normas culturais que orientam o seu uso comunicativo, como já foi referido.

Segundo Gonçalves (2019), «a pragmática intercultural da língua é o conhecimento da língua como ela é falada – a sua prática real, o uso, as convenções e como o significado é criado na interação cotidiana» (Gonçalves, 2019, p. 19). Trata-se, portanto, de uma perspetiva que reconhece a interdependência entre língua e cultura: a cultura molda a forma como a língua é usada e, simultaneamente, o uso da língua contribui para (re)construir a cultura.

A pragmática intercultural, assim entendida, é o que permite ao aluno estabelecer interações significativas e bem-sucedidas com indivíduos de diferentes origens culturais. Para além da aprendizagem dos aspetos gramaticais ou sociolinguísticos, é necessário que o aprendente tome consciência da complexidade cultural do outro, da forma como ela influencia a comunicação, e reconheça que existem múltiplas formas de ser e de comunicar. Desta forma, estará ao alcance do aprendente comunicar de forma eficaz, evitando julgamentos ou estereótipos.

Essa consciência só pode ser efetivamente alcançada através da interação intencional e reflexiva com falantes nativos, momento em que o aluno tem acesso aos significados partilhados e socialmente construídos na comunidade de prática. Como sublinha Gonçalves (2019), a pragmática intercultural é adquirida na interação e na

¹⁰ Al-Shboul (2023) pôde constatar que os participantes no seu estudo, aprendentes de inglês como LE, «misuse expressions of threat and/or perceive them as non-threatening in both oral and written contexts. This is attributed to the fact that threatening speech acts are often implicitly performed, which means that the addressee should infer the speaker's implicature to make communication successful. » (Al-Shboul, 2023, p. 95).

reflexão crítica sobre o comportamento linguístico dos interlocutores (Gonçalves, 2019, p. 24).

Contudo, o desenvolvimento dessa competência enfrenta limitações no contexto da sala de aula tradicional, em que muitas vezes prevalece uma abordagem centrada em estruturas linguísticas e em contextos comunicativos artificiais (Gonçalves, 2019, p. 25). Neste sentido, o papel do professor assume uma dimensão essencialmente intercultural. Baltazar (2019) reforça que, enquanto agente intercultural, o professor deve reconhecer que a interpretação dos atos de fala por parte do aprendente depende das percepções e valores culturais, que são transmitidos através dos instrumentos pedagógicos. Ensinar uma LE, portanto, não se reduz à transmissão de um código, mas envolve também o ensino das formas culturalmente situadas de agir através da linguagem, aponta Baltazar (2019, p. 230), tendo em conta os estudos de Pennycook (1994).

A pragmática intercultural, como observa Andrade (2016), favorece o estudo dos atos de fala tal como são realizados em diferentes culturas e línguas (Andrade, 2016, p. 800). Essas investigações revelam que as variações culturais afetam o funcionamento das interações e a realização dos atos de fala (Kerbrat-Orecchioni, 2007), sendo influenciadas por múltiplos fatores — relações de poder, idade, gênero, contexto público ou privado, e até o meio (oral ou escrito) da comunicação (Blum-Kulka et al., 1989). Tais elementos possuem pesos distintos em cada cultura, determinando formas diversas de agir linguisticamente.

Assim, os estudos da pragmática intercultural oferecem contributos fundamentais para o ensino de línguas estrangeiras, ao evidenciarem que a produção e interpretação dos atos de fala operam, em grande medida, a um nível inconsciente (Andrade, 2016, p. 802).

Ensinar uma língua é, portanto, também ensinar a realizar e interpretar atos ilocutórios de forma adequada e culturalmente sensível. Essa abordagem não apenas facilita a comunicação, como a torna mais eficaz (Baleghizadeh, 2007), ao desenvolver a competência pragmática intercultural do aprendente, um conhecimento que ultrapassa o domínio linguístico e se projeta na capacidade de compreender, negociar e agir linguisticamente em contextos culturais diversificados.

2.3 A teoria dos atos de fala de Austin

De acordo com Austin (1962), dizer é agir. A linguagem «não é simplesmente um sistema simbólico de representação do mundo, expresso nas afirmações» (Flores, 2000, p. 3), a linguagem permite-nos agir sobre o mundo.

Austin (1962) distinguiu, numa primeira fase da sua teorização, atos constativos de atos performativos, passando depois a problematizar esta análise com a interpretação de que mesmo os atos sem o performativo explícito na primeira pessoa do singular do presente do indicativo têm implícito um ato, demonstrando que muitos dos enunciados que proferimos não podem ser submetidos à prova da sua veracidade (Rodrigues, 2009). Os primeiros estão associados à descrição do estado de algo ou ao relato de factos, enquanto os segundos constituem formas de ação. Não afirmando nem negando nada, aos performativos, que «realizam um ato quando são pronunciados», «não é possível aplicar o critério da boa ou má adequação aos factos para concluir da sua veracidade ou falsidade», aponta Flores (2000, p. 3).

A oposição constativos/performativos teve, de acordo com Flores (2000), «um valor operativo fundamental para as descobertas de Austin» (Flores, 2000, p. 4), mas foi abandonada pelo autor, já que este chegou à conclusão de que «uma afirmação pode ser um performativo» (Ottoni, 2002). Com efeito, Austin mostrou que as regras da performatividade também se aplicam aos enunciados constativos. Ao abandonar esta distinção, Austin deixou de atribuir um papel de relevância aos conceitos de verdade e falsidade, sendo que a partir deste momento se passou a defender uma visão performativa, em que não podemos desvincular o sujeito «do seu objeto de fala e consequentemente não é possível analisar este objeto de fala desvinculado do sujeito» (Ottoni, 2002). O que se tornou relevante «não é o que o enunciado ou as palavras significam, mas as circunstâncias da sua enunciação, a força que ela tem e o efeito que ela provoca» (Ottoni, 2002, p. 137).

Adianta, ainda, Galvão (2007) que «Austin sugeriu que há certas regras pragmáticas que devem ser respeitadas pelos falantes e ouvintes para que possa ocorrer uma «realização feliz» (bem-sucedida) dos performativos. Estas regras ou «condições para performativos felizes» não são necessariamente formais, mas são muitas vezes pressupostas e estão vinculadas a um contexto que é partilhado. Por outro lado, Austin

destaca as «infelicidades dos performativos», considerados nulos, «quando o autor não está em posição de efetuar tal ato, quando não consegue, formulando seu enunciado, completar o ato pretendido» (Ottoni, 2002, p. 128). Para além disso, sublinha «o abuso da fórmula (falta de sinceridade) quando se diz: eu prometo, por exemplo, sem ter a intenção de realizar a ação prometida».

Austin (1962) definiu, ainda, no âmbito do sentido acional da linguagem, três modalidades de atos, que são realizados simultaneamente durante a enunciação: o ato locutório, que corresponde ao ato de falar, de realizar uma fonação (*the saying*); o ato ilocutório, que realizamos ao efetuarmos um ato locutório, ao dizermos qualquer coisa (*in saying*), e o ato perlocutório¹¹, que corresponde ao ato que realizamos pelo facto de dizermos qualquer coisa (*by saying*) (cf. também Rodrigues, 2009).

Segundo Austin (1962), o ato ilocutório é a unidade básica da comunicação, já que é nesse ato que o falante expressa as suas intenções. Numa das conferências proferidas em 1955, Austin propôs uma classificação, ainda que de valor meramente operacional, dos atos de linguagem. Assim, de acordo com o autor, os atos podem ser classificados como vereditivos (associados à formulação de um veredito), exercitivos (associados à formulação de juízos de valor acerca da conduta de alguém), promissivos (associados a um compromisso do locutor perante um interlocutor em relação a uma ação futura), comportamentais (enunciam algo em relação ao comportamento de alguém) ou expositivos (que, de acordo com Rodrigues (2009), «explicam uma maneira de ver, desenvolvem uma argumentação»).

2.4 O contributo de Searle

Searle desenvolveu a Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962), mas propôs uma nova classificação dos atos de linguagem, a partir das regras que os enunciados cumprem: «o estado psicológico, o objetivo ilocutório e a direção de ajustamento entre

¹¹ Segundo Rakaj (2022), «the perlocutionary act deals with the effect of utterances upon the listener» (Rajak, 2022, p.909), já que, na linha de Austin, 1962: 101, «an act when it is performed has a great effect upon the feelings or thoughts of the audience» (Rashid, 2015, p. 23806).

as palavras e o mundo», aponta Almeida (2016, p.5), baseada nos estudos do filósofo. Segundo Searle (1975), os enunciados são constituídos por um conteúdo proposicional e por um marcador ilocutório. Um único conteúdo proposicional pode estar associado a «diferentes forças ilocutórias, as quais podem não estar especificadas ou explicitadas, mas apenas indiciadas e calculadas a partir do contexto considerando as condições de felicidade subjacentes à realização dos atos ilocutórios específicos» (Almeida, 2016, p. 5). Os atos de linguagem, de acordo com Searle, estão associados à descrição de estados de coisas presentes no conteúdo proposicional dos atos (assertivos), à persuasão (diretivos), à assunção de compromissos (comissivos), à expressão de sentimentos (expressivos) e à mudança do estado de algo (declarativos¹²).

O quadro abaixo explicita as características de cada ato de fala, apresentando os respetivos exemplos.

Quadro 1.1 – Os atos de fala, de acordo com a perspectiva de Searle

Os atos de fala, de acordo com a perspectiva de Searle		
Atos de fala	Características	Exemplos
Assertivos	Assinalam a posição do locutor relativamente à verdade do que diz.	<i>O Tiago vive em Portugal.</i>
Diretivos	Exprimem o desejo, por parte do locutor, de que o ouvinte pratique uma ação.	<i>Lê o texto!</i>
Comissivos	Responsabilizam o locutor relativamente à realização de uma ação futura.	<i>Estarei na tua casa às 10 horas.</i>
Expressivos	Exprimem uma atitude ou um estado psicológico relativamente ao que se diz.	<i>Lamento que tenhas reprovado no exame.</i>
Declarativos	O locutor modifica o estado de coisas do mundo ou cria um novo estado de coisas.	<i>Declaro o arguido culpado!</i>

Ao considerar supérflua a distinção de Austin entre atos ilocutórios, locutórios e perlocutórios, Searle faz equivaler a noção de ato de linguagem à noção de ato

¹² Aos atos declarativos, podemos, de acordo com Searle, associar uma subclasse, «as declarações assertivas, atos fortemente ritualizados» (Almeida, 2016, p. 6).

illocutório. Para além disso, os efeitos perlocutórios são concebidos como valores illocutórios derivados que, como o nome indica, são efeitos resultantes ou não dos atos e que não são controlados pelo locutor completamente.

Segundo Searle, os atos de fala indiretos envolvem enunciados onde a «significação da emissão do falante e a significação da sentença divergem sob vários aspetos» (Galvão, 2007, p. 3). Repare-se, por exemplo, nas seguintes frases:

(1) Importas-te de abrir a janela?

(2) Peço-te que abras a janela.

A frase (1) configura um ato de fala indireto. O interlocutor faz uma interpretação a partir do ato de fala, inferindo o objetivo pretendido. O alocutário, efetivamente, é capaz de compreender que o locutor não pretende uma resposta, que, neste caso, seria de tipo «sim» ou «não». A frase (2), por outro lado, configura um ato de fala direto. Trata-se de uma frase declarativa em que se recorreu a um verbo performativo («pedir»). O interlocutor compreende o ato de fala, baseando-se no que é explicitado.

2.5 Especificidades dos atos de promessa e de ameaça, enquanto atos comissivos

Aludindo aos estudos de Searle (1984), Antão (2019) refere que os atos comissivos são atos illocutórios que «comprometem o locutor com a realização da proposição expressa» (Antão, 2019, p.20), isto é, com a «realização de uma ação futura, determinada pelo conteúdo proposicional do enunciado» (Barbeiro, 2017, p.279).

Estes atos podem tomar, na perspetiva de Antão (2019), baseada nos estudos de Almeida (2016) e Lima (2007), «a forma de promessas ou ameaças» (Antão, 2019, p.20), distinguindo-se o primeiro ato do segundo, já que a ameaça está, de acordo com a autora, «ao serviço de uma punição» (Antão, 2019, p.26), ou seja, há uma intenção do falante de «querer prejudicar o interlocutor» (Antão, 2019, p.26), e a promessa «já visaria uma recompensa» (Antão, 2019, p.26), havendo uma clara intenção de o beneficiar.

Sami (2015), defendendo, também, o carácter comissivo destes atos, associa-os à ideia de compromisso, referindo que a ameaça se caracteriza por ser um «commitment by one person intended to change another person's future behavior» e a promessa, um ato que envolve «a commitment by speaker often with intention to change the hearer's future actions.» (Sami, 2015, p.48). Por outro lado, Fraser (1998), defende que, no âmbito da ameaça, o locutor expressa a intenção e não o compromisso, a que o autor associa o ato de promessa: «We do not find people saying, 'You threatened to fire me if I didn't get the report in on time and you didn't. You lied to me.'», aponta o investigador, que destaca, também, as sanções que não advêm da não concretização da ameaça proferida (Fraser, 1998, p. 161).

Como afirma Searle (1965), que Christensen (2019) cita, «a promise is to do something for you, not to you, but a threat is to do something to you, not for you.» (Christensen, 2019, p. 118).

No que diz respeito ao uso explícito/implícito dos atos de promessa e de ameaça, é possível constatar que os atos de promessa são normalmente atos explícitos, em que é habitual o recurso à primeira pessoa do singular do presente do indicativo de verbos performativos (como é o caso de «prometer»), o mesmo não acontecendo com os atos de ameaça. De acordo com Salgueiro (2010), «the performative use of «threaten» in the first person singular of the present indicative active appears to be ruled out» (Salgueiro, 2010, p.220). Para além disso, o autor refere que «there are social barriers that make it undesirable to be explicit when threatening» (Salgueiro, 2010, p.220) e que, ao contrário do que defendem alguns especialistas nesta área, nós não somos «usually explicit as regards the force of our speech acts» (Salgueiro, 2010, p.220), o que também podemos associar ao verbo português «ameaçar».

Salgueiro (2010) destaca, ainda, o carácter essencialmente intersubjetivo do ato de promessa, que envolve «the active joint participation of both speaker and receiver» (Salgueiro, 2010, p.225), sublinhando, por outro lado, o carácter unilateral da ameaça, apesar do eventual papel de terceiros, que Salgueiro (2010) designa por «illocutionary spectators» (p.226).

Almeida (2016) aponta, ainda, que os atos de promessa, ao contrário dos atos de ameaça, podem ser solicitados pelo alocutário.

Ameaças e promessas têm entre si mais semelhanças do que diferenças, partilhando «the same formal types (which constitutes *prima facie* evidence of their close relationship)», aponta Salgueiro (2010, p.215).

Debruçando-se sobre as estruturas condicionais usadas nestes atos, Salgueiro (2010) destaca a importância de «distinguish between what may be called commissive conditional promises or threats, and what may be called directive-commissive conditional promises or threats» (Salgueiro, 2010, p.217), já que constata que existem atos de promessa e de ameaça nos quais o locutor se compromete a fazer, condicional ou incondicionalmente, algo e atos de promessa e de ameaça através dos quais se pretende levar o alocutário a fazer algo. Neste sentido, adianta, ainda, que há promessas e ameaças cuja realização não depende da ação do alocutário¹³, mas de uma outra condição (externa), as «comissivas condicionais», e promessas e ameaças, que «dependem da ação do alocutário» (Almeida, 2016, p.26).

Neste sentido, Almeida (2016) designa os atos de ameaça condicional e de promessa condicional como atos híbridos¹⁴, em consonância com os estudos de Michael Hancher (1979), por esta autora citados, que defende o carácter híbrido de determinados atos de fala. Com efeito, aos atos de promessa e de ameaça estão associadas às dimensões diretiva e comissiva, também apresentadas por outros atos como os de oferta e de convite estudados em Almeida (1998), havendo ainda uma aplicação deste estudo ao PLNM por Lajewski (2021).

Aos atos de promessa e de ameaça tem, também, sido associado um carácter perlocutório. De acordo com Salgueiro (2010), as promessas são percecionadas como sendo «paradigmatically illocutionary» (Salgueiro, 2010, p.224), mas as ameaças estão, geralmente, associadas aos atos perlocutórios, na medida em que «visam produzir determinados efeitos no alocutário: «their illocutionary point is to modify the receiver's future conduct» (Salgueiro, 2010, p.224). No entanto, Salgueiro (2010) defende que os dois atos em análise podem ser entendidos como pragmaticamente perlocutórios, dado

¹³ Tradução nossa da expressão: «which it is typically not within the receiver's power to do» (Salgueiro, 2010, p.217).

¹⁴ De acordo com Camacho e Almeida (2022), a designação «ato híbrido», a que recorreu Kerbrat Orecchioni, nos estudos que realizou em 2001, surge «na linha do que J. Searle chama de “composto ilocutório” (Searle 1983)». De acordo com as autoras, este ato pode resultar do recurso a mecanismos de mitigação (p.265).

que, quando proferimos um ato de promessa, «we usually entertain certain purposes involving effects upon the receiver» (Salgueiro, 2010, p.225).

Almeida (2016), baseada nos estudos de Salgueiro (2010), salienta o conteúdo deôntico do ato de promessa e do ato de ameaça:

A ameaça e a promessa têm como condição de sinceridade demonstrar a intenção de realizar Q no futuro. A ameaça tem como condição essencial demonstrar que o ato futuro Q não é do interesse do alocutário por força da relação de autoridade que o locutor da ameaça assume sobre o alocutário. E a promessa tem como condição essencial valer como o assumir, por parte do locutor, da obrigação de fazer o ato Q no futuro e que o locutor sabe que Q é do interesse do alocutário. (Almeida, 2016, p.13).

Com efeito, «deontic claims have been argued to be ubiquitous to human social interaction (Stevanovic & Svennevig, 2015, p.2). Variando a dimensão deôntica com a necessidade e o desejo de que a ação «sugerida» se realize e de acordo com o «entitlement» do locutor, «deontic claims are present at every moment of human copresence, where people's actions pose more or less constraints on other people's actions», referem Stevanovic e Svennevig (2015, p.2), com base em estudos realizados. Também Salgueiro (2010) aborda a relação dos atos de promessa e de ameaça com a modalidade deôntica, referindo que existe uma aparente «deontic difference» (Salgueiro, 2010, p.222) entre aqueles atos. Ainda que «promises constitutively generate for the speaker an obligation to keep his or her promise, without which obligation no promise has been made, (...) [e as] threats appear to generate no such obligation, at least with the person threatened» (Salgueiro, 2010, p.221), opinião corroborada por outros investigadores, como Coninson (1997)¹⁵ e Sita (2018)¹⁶. Salgueiro (2010) destaca a

¹⁵ Coninson (1997) refere que, efetivamente, uma das mais marcantes diferenças entre o ato de promessa e o ato de ameaça prende-se com o facto de quem profere uma ameaça não sente a obrigação de cumprir a intenção anunciada. «It is a social fact that a speaker who makes a threat does not *ipso facto* provide a basis for criticism if he fails to perform the threatened act.», aponta o autor (Coninson, 1997, p. 306).

¹⁶ Sita (2018) refere que, no que diz respeito aos atos de ameaça, «no obligation is involved» (Sita, 2018, p. 14). Por outro lado, os atos de promessa «involve a rather special kind of commitment, namely an obligation (Searle and Vanderveken, 1985, p.192).» (Sita, 2018, p. 14).

situação em que o locutor, depois de prometer fazer x, percebe que o interlocutor já não está interessado no cumprimento da promessa feita, pondo, assim, em causa a obrigação, por parte do locutor, de cumprir o que havia prometido. Por outro lado, refere que a obrigação pode também estar associada ao ato de ameaça, quando percecionada por terceiros, potenciais beneficiários da ameaça dirigida a um interlocutor: «the threat could be taken by the potential beneficiaries as an indirect promise, a promise that S would accordingly have acquired an obligation to fulfil» (Salgueiro, 2010, p.223). Assim, Salgueiro defende a ideia de que «the nature of such speech acts can depend on factors that are external to both speaker and receiver» (Salgueiro, 2010, p.223). Por considerar que as ameaças e promessas diretivas-comissivas condicionais estão «intimately associated in such a way that a threat is always accompanied by a promise and vice-versa» (Salgueiro, 2010, p.224), Salgueiro (2010) considera que «a obrigação é tão consubstancial às ameaças como às promessas»¹⁷ (Salgueiro, 2010, p.224).

2.6 Promessa e ameaça, enquanto atos ameaçadores da face

De acordo com os estudos de Brown e Levinson (1978, 1987), qualquer ato de fala é um potencial *face-threatening act* (FTA), que pode ameaçar tanto a face positiva (relacionada com o desejo de que a nossa imagem seja apreciada) quanto a face negativa do interlocutor, «including the basic claim to personal possessions and private space as well as rights to nondistractedness, freedom of action, and freedom from imposition.» (Chen, 2017, p. 154).

Como observou Barbeiro (2017), no estudo realizado sobre o discurso utilizado na aula de português, os atos indiretos de ameaça podem constituir «atos ameaçadores para as faces do alocutário ou atos que levam à perda da face reveladores da falta de delicadeza com que são proferidos, violando, assim, o princípio de cortesia» (Barbeiro, 2017, p.279). Com efeito, os atos de ameaça são «atos que ameaçam, fortemente, a face

¹⁷ Tradução nossa da expressão: «thereby making obligation as consubstantial to threats as to promises.» (Salgueiro, 2010, p.224).

negativa¹⁸» dos alocutários (Almeida, 2016, p.15) e a sua face positiva, mas também a face positiva e negativa de quem profere o ato de ameaça.

Por outro lado, ainda que Almeida (2016) considere que os atos de promessa «ameaçam mais a face negativa do locutor» (Almeida, 2016, p.15), estes atos, na verdade, podem, intrinsecamente ameaçar a face positiva e a face negativa tanto do locutor quanto do alocutário (Gil, 2012)¹⁹: Numa interação, em que L realiza um ato de comissivo de promessa e A corresponde ao alocutário, o ato comissivo ameaça a face positiva de L, já que este admite que deseja realizar algo com o intuito de beneficiar A. L torna manifesta uma suposição acerca das suas próprias capacidades e, até mesmo, da sua posição social. Por outro lado, este ato ameaça a face positiva de A. L torna manifesta uma suposição a respeito dos desejos ou preferências de A. Por exemplo, L acredita que A deseja que L cumpra a promessa. O ato comissivo ameaça intrinsecamente a face negativa de L. L impõe a si mesmo a obrigação de realizar algo em benefício de A. Por outro lado, o ato comissivo ameaça intrinsecamente a face negativa de A. L impõe a si mesmo uma ação futura que certamente afetará A. (Gil, 2012, p. 405).

Apoiado em estudos realizados, Al-Ameedi (2012) refere que alguns linguistas defendem que a promessa é «culture-specific», na medida em que depende de convenções religiosas ou éticas. Na cultura ocidental, prometer algo sem possuir as condições para o cumprir pode ameaçar verdadeiramente a face do locutor. Noutras culturas, para não ameaçar a face do outro, o locutor pode produzir uma promessa não vinculativa, «a polite promise», aponta Al-Ameedi (2012).

¹⁸ De acordo com Gil (2012), Brown e Levinson (1978, 1987), nos estudos que realizaram e apoiados na teoria das faces de Goffman (1967), defenderam que as pessoas têm uma face negativa e uma face positiva. A negativa «is the basic want of freedom from imposition», a face positiva «is the basic desire of appreciation and approbation of his or her wants» (Gil, 2012, p.401). Os atos que ameaçam as faces são designados por *face-threatening acts* (FTA).

¹⁹ Tradução nossa. «The commissive act threatens S's positive face. S admits that he/ she wants to do something in order to benefit H. In addition, S makes manifest an assumption about his/her capacities and, even, his/her social position. The commissive act intrinsically threatens S's negative face. S imposes himself to do something in the benefit of H. iii. The commissive act threatens H's positive face. S makes manifest an assumption about H's wishes or preferences. For example, S believes that H wants S to accomplish the promise. iv. The commissive act intrinsically threatens H's negative face. S imposes himself a future action that will certainly affect H.» (Gil, 2002, p. 405).

É neste contexto que também nos parece relevante fazer referência ao conceito de mitigação. Camacho e Almeida (2022) esclarecem que este conceito está associado «à redução de efeitos indesejados provocados pelos valores ilocutórios mais ameaçadores dos atos de discurso» (Camacho & Almeida, 2022, p.259). Sendo, desta forma, um fenómeno linguístico, que não constitui um tipo de ato de fala, mas corresponde a uma «modification of the contents of the utterance» e aos «effects it has upon the hearer» (Flores-Ferrán, 2020, p. 13), Flores-Ferrán (2020) considera-o, ainda, um fenómeno psicológico (pelo facto de a sua utilização estar associada a vários fatores externos, como o poder dos interactantes) e socioafetivo, pelo facto de possibilitar a criação de laços e o incremento da solidariedade entre os falantes (Flores-Ferrán, 2020, p. 12).

Segundo Caffi (2017), existem mecanismos de mitigação que podem incidir sobre o conteúdo proposicional, sobre a força de ilocução e/ou sobre a referência deíctica. Tendo em conta os estudos de Lakoff, realizados em 1973, a investigadora adotou o termo «bushes» (arbustos), para designar os mecanismos marcados lexicalmente que incidem sobre o conteúdo proposicional; o termo «hedges» (sebes), que corresponde aos mecanismos marcados lexicalmente (mitigação interna) ou não (mitigação externa), que atuam ao nível do ato ilocutório, e o termo «shields» (escudos), que diz respeito aos mecanismos que recorrem «a instâncias de modificação interna (com valores modais, aspetuais e temporais)» (Camacho & Almeida, 2022, p. 265). Estes mecanismos que podem recair sobre a dêixis «visam ora «reduzir a responsabilidade/obrigações do locutor em relação ao que é dito, incidindo, sobretudo, na modalidade epistémica (Campos & Xavier 1991: 339) ora procuram reduzir as obrigações do alocutário que se relacionam com a modalidade deôntica (Campos 1997: 177).» (Camacho & Almeida, 2022, p. 265).

Neste sentido, é, também, comum o recurso a estratégias «de mitigação e reparação dos atos ameaçadores da imagem alheia e da própria» (Barbeiro, 2017, p.436), das quais podem fazer parte «dispositivos paralinguísticos (como as expressões gestuais), (...) interjeições (...) [ou outros] segmentos discursivos específicos» - Camacho & Almeida, 2022, p.262, que, de acordo com Barbeiro (2017), na linha de Briz e Marco (2013), «manifesta[m] a cortesia na interação» (Barbeiro, 2017, p.436).

Para minimizar o efeito do FTA no interlocutor, Chen (2017) refere que é possível recorrer à designada cortesia²⁰ positiva («positive politeness»), «in which the speaker tries to save the hearer's positive face by reducing the distance between them» (Chen, 2017, p. 154), ou à cortesia negativa («negative politeness»), em que o locutor tenta preservar a face negativa do ouvinte através da valorização do seu território pessoal. Adianta, ainda, a investigadora que algumas destas estratégias, como o uso de metáforas e eufemismos, o recurso à ironia ou a perguntas retóricas, requerem, muitas vezes, inferências por parte dos ouvintes (Chen, 2017, p. 155).

Baseada nos estudos de Brown e Levinson (1987) e Holmes (2001), David (2016) aponta, também, algumas estratégias que podem eventualmente atenuar o efeito dos FTA: as designadas «tag questions»; enunciados longos (que expressem, por exemplo, razões); mitigadores²¹ (ou expressões de atenuação) e marcadores de cortesia²² (ou expressões de polidez).

O recurso à mitigação está, também, relacionado com fatores culturais e, neste sentido, Briz e Marco (2013) justificam as diferenças evidentes no emprego e frequência desta estratégia: «Existen culturas que tienden al acercamiento en mayor o menor grado, como la española peninsular, y otras que tienden al distanciamiento, en mayor o menor grado, como la inglesa, lo que explicaría el mayor uso de atenuación en estas que en aquellas» (Briz & Marco, 2013, p. 298), apontam os autores.

Associado ao trabalho de figuração, destacam-se, ainda, os mecanismos de intensificação. «A intensificação atua como estratégia de comunicação e o seu objetivo é a eficácia comunicativa.» (Gomes, 2013, p. 24). Gómez (1998) adianta, ainda, que «intensificar es hacer que una cosa adquiriera mayor intensidad, en sentido figurado, vehemencia, a través del énfasis o fuerza de la expresión, de la entonación o de los gestos.» (Gómez, 1998, p.113). Na verdade, o autor sublinha que a intensificação «puede

²⁰ De acordo com Chen (2017), que cita Hatipoglu (2007), «polite behavior can be defined as the use of verbal or nonverbal strategies that consider the hearers' feelings by showing concern for their face needs.» (Chen, 2017, p. 155).

²¹ Tradução nossa de: «hedges» (David, 2016, p. 2). Optámos, neste estudo, por esta nomenclatura, uma das traduções utilizadas no domínio da Pragmática Linguística da palavra «hedge» (termo oriundo do domínio financeiro, que foi «adotado e transporto para o domínio da pragmática retórico-discursiva» - Camacho, 2018, p. 44), que também se aproxima semanticamente do termo usado por Kerbrat-Orecchioni, «adoucisseurs» (Kerbrat-Orecchioni, 2001).

²² Tradução nossa de: «please markers» (David, 2016, p. 2).

manifestarse através de variados recursos morfológicos, sintácticos, léxicos y fonéticos, denominados intensificadores» (Gómez, 1998, p. 114).

2.6.1 O ato de ameaça

Os atos de ameaça, designação primeiramente usada por Leech, em 1983, são atos conflituais, destinados «a romper com as favoráveis relações entre os interlocutores» (Yuqi, 2018, p.25).

Num ato de ameaça, o locutor tenta impedir que o interlocutor aja de determinada forma ao apresentar a possibilidade de um futuro castigo (Verbrugge et al., 2004; Maíz-Arévalo, 2017). Quando alguém ameaça outrem, depreende-se que o primeiro pretende prejudicar a pessoa ameaçada ou, pelo menos, ser desagradável. Al-Shboul (2023), tendo em conta os estudos de Barish (1991), considera, ainda, que as ameaças nascem da convicção do falante de que o seu interlocutor fez ou poderá vir a fazer algo fortemente reprovável. A ameaça justifica-se, então, porque pode constituir uma forma de o deter (Al-Shaboul, 2023, p. 87).²³ De acordo com Maíz-Arévalo (2017), que cita Preetz (1977), o que torna um enunciado uma ameaça não é a força ilocutória do enunciado, mas o seu conteúdo. O propósito da ameaça é intimidar²⁴, refere Christensen (2019, p. 119): «Inherent in every threat is the intention to send fear into the addressee», aponta Fraser (1998, p. 161).

Tendo em conta os estudos de Searle (1972), Sami (2015) apresenta cinco condições de felicidade associadas aos atos de ameaça:

1. Normal input and output conditions: both speaker and hearer should have the ability to use and comprehend the U.
2. Propositional content conditions: the utterance of threat should predicate a future action of the speaker, and be uttered in a certain context.

²³ Tradução nossa. « Barish (1991:268) says that “threats arise because the speaker assumes that the hearer has done or might do something which the threatener finds to be strongly objectionable”. Thus, he/she issues a threat in an attempt to stop him/her.» (Al-Shboul, 2023, p. 87).

²⁴ Tradução nossa da expressão: «the purpose of threatening is intimidation» (Christensen, 2019, p. 119)

3. Preparatory Conditions: the speaker must believe that the hearer does not prefer the action done, and that action has not already been done.
4. Sincerity Condition: the speaker should have the intention, the ability, and the will to carry out the terms of threat.
5. Essential Conditions: by uttering threat, the speaker insists on getting hearer to do action in virtue of his authority over the hearer. The speaker is committed by his utterance to do action. (Sami, 2015, p. 51)

Segundo Salgueiro (2010), existem três tipos de ameaça. As designadas «elementary threats», em que o locutor se compromete a realizar uma ação futura, e as «conditional threats», as mais comuns, que, por sua vez, se desdobram em «commissive conditional threats» e «directive commissive conditional threats» (Salgueiro, 2010, p. 217). Na verdade, existem, segundo o autor, atos de ameaça nos quais o locutor se compromete a fazer, condicional ou incondicionalmente, algo e outros através dos quais se pretende levar o alocutário a fazer algo. Há ameaças cuja realização não depende da ação do alocutário²⁵, mas de uma outra condição (externa), as «comissivas condicionais»:

(3) Se eu for nomeado chefe de departamento, tornarei a tua vida impossível.

Há ameaças que «dependem da ação do alocutário» (Almeida, 2016, p.26), que Salgueiro (2010) designa por «diretivas-comissivas condicionais» (Salgueiro, 2010, p. 218):

(4) Se não deixares de ver a Beatriz, eu mato-te.

No estudo publicado, Al-Shboul (2023), baseado nos estudos de Benoit (1983), integrou os atos de ameaça estudados em cinco categorias: «Telling Authority, Committing Harm, Introducing Options, Warning and Promise of Vague Consequence»

²⁵ Tradução nossa da expressão: «...which it is typically not within the receiver's power to do» (Salgueiro, 2010, p.217).

(Al-Shboul, 2023, p. 86). A primeira diz respeito à situação em que o locutor ameaça recorrer à intervenção das autoridades competentes para garantir a punição efetiva do interlocutor. A segunda integra ameaças que envolvem danos corporais e da terceira fazem parte situações em que quem ameaça apresenta uma alternativa ao ameaçado, que, assim, poderia evitar a punição. A quarta categoria diz respeito às situações em que um aviso funciona como uma ameaça, ficando os interesses do ameaçado prejudicados. Por fim, a última categoria integra as situações em que a pessoa que ameaça apresenta, de forma vaga, a sua intenção, caso o interlocutor não cumpra os seus desígnios.

Segundo Brown e Levinson (1987), citados por Al-Shboul (2023), o ato de ameaça está relacionado com poder e com o que os autores designam por «performative ability» e, neste sentido, distingue-se de outros atos de fala como, por exemplo, o aviso. Defendem, ainda, estes investigadores «que o poder relativo do falante e do interlocutor, assim como a distância social entre eles, são critérios importantes para avaliar a gravidade de um ato que ameaça a face na maioria das culturas, senão em todas», aponta Al-Shboul (2023, p. 82).²⁶

Almeida (2016) refere que «as *ameaças* e os *avisos*, regularmente, comutam nos enunciados do quotidiano como estratégias alternativas» (Almeida, 2016, p.8). O ato de ameaça, segundo a mesma autora, partilha com o ato de aviso uma especificidade, já que «o que se diz no conteúdo proposicional destes atos não é do interesse do alocutário» (Almeida, 2016, p.26), mas é mais coercivo²⁷ que aquele ato, que se insere nos atos diretivos, constituindo um «ato claramente impositivo» (Almeida, 2016, p.15), associado à «relação de autoridade que o locutor assume perante o alocutário» (Almeida, 2016, p.16). Segundo Almeida (2016), o conteúdo proposicional de um ato de ameaça pode apresentar «um segmento condicional que impõe um ato perlocutório de convencer o alocutário a evitar Q» (Almeida, 2016, p.11). Por violar princípios de

²⁶ Tradução nossa. «Brown and Levinson (1987) argue that the relative power of the speaker and the addressee and the social distance between them are important criteria for assessing the seriousness of a face threatening act in most, if not all, cultures. » (Al-Shboul, 2023, p. 82).

²⁷ «The intended effect of a warning is not to intimidate or coerce, as with a threat, but to bring to the addressee's awareness a state of the world (or one about to occur), which, in the speaker's view, the addressee should want to avoid.» aponta, também, Fraser (1998, p. 165).

delicadeza, as ameaças condicionais «são mais hostis do que os avisos hipotéticos²⁸» (Almeida, 2016, p.11).

Fraser (1998) destaca, ainda, o facto de que é comum a ameaça impessoal direta ser percebida como um aviso: «An impersonal comment such as ‘Tomorrow the administration is going to clamp down on all faculty who arrive late’, is only heard as a warning, presumably because one cannot impute intention to intimidate to an institution. » (Fraser, 1998, p. 167).

Os estudos de Stevanovic e Svennevig (2015), por outro lado, referem que os atos de ameaça «ocorrem, sobretudo, na relação pais-filhos» e «têm «uma orientação deontica não ocorrendo mitigados» (Stevanovic & Svennevig, 2015).

Searle (1969) defendeu a existência de atos diretos de ameaça e de atos indiretos, baseado no facto de que muitas vezes é o contexto que determina a força ilocutória do enunciado, não sendo, por isso, necessário «to invoke the appropriate explicit illocutionary force indicator» (Peters, 2024, p. 494). Assim, Peters (2024) defende que «the feeling of being realistically threatened may be caused by both what is said directly but also by what is left unsaid in a specific context of situation» (Peters, 2024, p. 494), destacando, em particular, o silêncio, interpretado em determinados contextos (conversacionais e culturais) como ameaçador da face²⁹.

Os atos de ameaça estão, na verdade, fortemente relacionados com o princípio da cortesia assim como com os conceitos de face positiva e face negativa, que, de acordo com Peters (2024), baseado em estudos realizados anteriormente, «are culturally constructed» (Peters, 2024, p. 495). Neste sentido acrescenta, ainda,

Just like verbal and non-verbal performances need to conform to cultural and social semiotic norms and conventions in order to be perceived as polite or impolite, verbal and non-verbal expressions of threat must align with these

²⁸ De acordo com Almeida (2016), «o conteúdo proposicional de um *aviso hipotético* remete para um evento que se realizará, caso o alocutário não realize um ato Q. Os *avisos hipotéticos* têm como conteúdo proposicional “se não fizer p, então q ocorrerá”. Assim, estes atos aproximam-se das *ameaças* pelo facto de envolverem um ato perlocutório de procurar convencer o alocutário a evitar E no futuro ainda que faça parte do conteúdo proposicional dos atos de *aviso* que o evento ou o estado futuro E ocorrerá com grande probabilidade.» (Almeida, 2016, p.12).

²⁹ Peters (2024) faz referência ao estudo de Sifianou (1997), afirmando que o ato de permanecer em silêncio «can be interpreted both as polite and impolite, both as face saving and face threatening, depending on the social and/or cultural context under scrutiny.» (Peters, 2024, p. 499).

norms and conventions in order to be perceived as threatening (Walton, 2009, p.111). (Peters, 2024, p. 495)

Na verdade, são vários os autores que destacam as diferenças culturais, no que diz respeito ao ato de ameaça. Fraser (1998), por exemplo, sublinha a forma como diferentes povos percebem o ato de ameaça: afro-americanos tendem a não levar a cabo a ameaça proferida, enquanto ingleses se sentem obrigados a cumprir a ameaça proferida de forma a salvaguardar a sua face; japoneses, por exemplo, «treat a given threat more seriously than others.», pelo receio de virem a ser presos (Fraser, 1998, p. 171), já que, de acordo com o Código Penal Japonês, quem ameaça outrem pode ser punido com uma pena de prisão que se pode prolongar até dois anos³⁰.

2.6.1.1 O ato de ameaça – Formas de realização

Ao ato de ameaça não associamos o recurso ao verbo performativo «ameaçar» na primeira pessoa do presente do indicativo. Efetivamente, esta forma do verbo performativo «ameaçar» não é usada, quando alguém pretende ameaçar outrem, o que, também, é defendido por Sami (2015) relativamente ao uso do verbo «threaten».³¹ No entanto, é interessante verificar que num ato indireto de ameaça é gramaticalmente aceitável o recurso ao verbo «ameaçar» em enunciados como «Não te quero ameaçar, mas, se continuares a agir dessa forma, vamos ter problemas.», em que embora se esteja a negar a ameaça, o enunciado configura um efetivo ato ilocutório de ameaça.

Dado o seu carácter comissivo, o ato de ameaça pode, assim, ser realizado de forma indireta, incidindo nos «desejos (de valor axiológico negativo) do alocutário» (Almeida, 2016, p.9), «em fórmulas discursivas do quotidiano que demonstram que o

³⁰ Cf. o Código penal japonês: «article 222 (1)A person who intimidates another person using a threat to harm the life, body, freedom, reputation or the person's property is punished by imprisonment for not more than 2 years or a fine of not more than 300,000 yen. (2) The same applies to a person who intimidates another person using a threat to harm the life, body, freedom, reputation or property of one's relatives.» (*Penal Code - English - Japanese Law Translation*, s.d.).

³¹ Segundo Sami (2015), «the performative verb "threaten" does not appear in the surface syntactic structure because it is an abstract verb which appears in the deep semantic structure», processo a que atribui a designação de «Performative Deletion Transformation» (Sami, 2015, p. 48). «A threat is never explicitly stated and must always be inferred.», aponta Fraser (1998, p. 167).

locutor procura, com este ato, convencer (efeito perlocutório) o alocutário a não fazer algo» (Almeida, 2016, p.9).

De acordo com Almeida (2016), baseada nos estudos de Fonseca (1993), podem fazer parte destas «fórmulas» «enunciados que não têm o verdadeiro valor de auscultação dos desejos do alocutário, pois, na realidade, o locutor sabe que o alocutário não quer que o ato Q se realize» (Almeida, 2016, p.9). Neste sentido, alude à sequência «p! ou q-» (em que «q-» corresponde a um ato de ameaça), cuja atualização foi analisada por Fonseca (1993), que, aponta a autora, refere que é, «correntemente», realizada «em pergunta retórica, de polaridade positiva, dirigida ao Aloc [Alocutário] em que se actualizam verbos de vontade, nomeadamente querer, preferir...» e em que «é óbvio que o Aloc [Alocutário] ‘não quer’/ ‘não prefere’ aquilo sobre que é ‘indagado’ » (Almeida, 2016, p.9).

Para além disso, Almeida (2016) enfatiza o facto de que, no que diz respeito a este ato, «não podemos interrogar as intenções do locutor, isto é, só podemos realizar asserções sobre os aspetos que relevam da intenção que o locutor tem de realizar o ato» (Almeida, 2016, p.9), como é possível verificar nos exemplos apresentados pela autora: «*Eu posso dar-te uma tarefa./ Eu dou-te uma tarefa!/ Olha que eu bato-te!*» (Almeida, 2016, p.9). Os atos indiretos de ameaça podem ser, com efeito, realizados através de um ato ilocutório assertivo «que tenha por base a condição de sinceridade destes atos» (Almeida, 2016, p.9). Por outro lado, os atos de ameaça hipotéticos, que exprimem a modalidade deôntica, podem, de acordo com Almeida (2016), e em linha com Salgueiro (2010), ser «realizados indiretamente através de asserções hipotéticas» (Almeida, 2016, p.10), tal como evidencia o exemplo: «*Eu dou-te uma tarefa se não fizeres como eu digo.*» (Almeida, 2016, p.10), que, configurando a sequência «p- se q», projeta «uma situação enunciativa assimétrica com «(...) uma distribuição desigual de lugares [enunciativos] entre os interactantes» (Almeida, 2016, p.11).

A relação impositiva que o ato de ameaça estabelece entre o locutor e o alocutário, a que já aqui fizemos alusão, «pode ser transformada numa relação irreal, do domínio do incerto (...) em orações subordinadas causais», refere Almeida (2016, p.17). Nesta situação, a ameaça não é feita de forma direta, exprimindo o locutor o desejo de que algo do domínio do irreal aconteça.

O ato de ameaça pode, ainda, ser expresso através de uma construção passiva, aponta Rashid (2015), no estudo realizado sobre o recurso a atos comissivos em discursos políticos, sendo que o verbo performativo «prometer», geralmente associado ao ato de promessa, pode ser usado pelo locutor para ameaçar o interlocutor (Maíz-Arévalo, 2017; Al Shamiri & Abbas, 2016), como em

(5) Prometo matar-te.

Al-Shboul (2023), citando os estudos de Abdel-Jawad (2000), refere que em determinadas línguas, como é o caso do árabe, os falantes recorrem, muitas vezes, a juramentos para reforçar a ameaça: «swearing appears to be functional and effective when making threats» (Al-Shboul, 2023, p. 84), aponta o investigador.

A este propósito, elucida-nos Antão (2019), quando, fazendo alusão aos estudos de Grice sobre a «lógica conversacional», «isto é, a noção dos processos de inferência por implicaturas conversacionais,» (Antão, 2019, p.21), destaca a ideia de que «os valores ilocutórios dos atos de fala se determinam inferencialmente a partir das condições contextuais da enunciação, nas quais ganha especial relevância a intencionalidade e o conjunto de crenças partilhadas por uma comunidade» (Antão, 2019, p.21).

Runnan (2021) refere que há situações em que «as relações entre o verbo performativo e a força ilocutória não são tão óbvias» (Runnan, 2021, p.9). Com efeito, apresentando o enunciado «Eu prometo demitir-te se não vieres amanhã.», o autor esclarece que o valor ilocutório do ato não é o de fazer uma promessa, como sugerem o recurso ao verbo performativo «prometer» e a natureza declarativa da oração subordinante, mas, antes, o de produzir uma ameaça, «precisamente porque a subordinada condicional levanta uma hipótese que, a ocorrer, terá consequências indesejáveis» (Runnan, 2021, p.9).

A este propósito, Rakaj (2022), em linha com Griffiths (2006), refere que a interpretação de um enunciado depende de fatores como, por exemplo, o contexto. Um mesmo enunciado pode ser, na verdade, entendido de diferentes formas ou pode mesmo acontecer os interlocutores não conseguirem compreender a real intenção do locutor (Mayrita *et al.*, 2023). No que diz respeito à primeira situação apresentada, Sami (2015) tece algumas considerações. Ao fazer referência à frase «My friend will come soon», é dado um exemplo de como um enunciado pode ser entendido como uma

promessa ou uma ameaça, dependendo, neste caso, da vontade do interlocutor relativamente à vinda do amigo. «Here, such a difference between promise and threat can be disambiguated according to the background knowledge of both speaker and hearer. », aponta Sami (2015, p. 50).

2.6.2 O ato de promessa

O ato de promessa, segundo Castelfranchi e Guerini (2007), que se apoiaram em diversos autores, nomeadamente Austin (1963) e Searle (1969), é um ato que consiste «in the declaration, by x, of the intention of performing a certain action ax, under the condition that ax is something wanted by y, with the aim of entering into an obligation of doing ax» (Castelfranchi & Guerini, 2007, p. 3).

De acordo com Sami (2015), ao ato de promessa estão associados três pressupostos: o ato de promessa visa beneficiar o interlocutor; corresponde a algo que será feito e, geralmente, é solicitado pelo interlocutor (Sami, 2015, p. 46).

Monin e Terekhova (2022), tendo em conta a Teoria de Austin, apresentam o ato de promessa como «a statement-action (performative), having a clear and unambiguous nature (explicit performative)³², and connecting the speaker with a certain line of conduct (commissive). » (Monin & Terekhova, 2022, p. 171).

Segundo a interpretação de Searle, apresentada pelos mesmos autores, o ato de promessa «becomes closer to request, which he includes in the group of “directives” suggested by him» (Monin & Terekhova, 2022, p. 171).

É evidente a relação entre os atos de promessa e as convenções sociais, a par das convenções religiosas ou éticas, como já aqui foi referido, sendo que essas convenções podem estar associadas a determinadas dimensões, como o poder e a solidariedade,

³² Citando Austin (1969), Sami (2015) apresenta uma clara distinção entre os designados «primary performatives» e os «explicit performatives of promising», sendo que aos primeiros estão associados enunciados como «Eu comprar-te-ei umas calças.» e aos segundos o recurso ao verbo performativo «prometer», como em «Prometo que te comprarei umas calças.».

que impactam o tipo de relação que o locutor estabelece com o alocutário (Al-Ameedi, 2012). Por outro lado, o ato de promessa também faz parte de uma das estratégias, no âmbito do ato de pedido de desculpa: «prometer não repetir o erro» (cf. Runnan, 2021).

Os atos de promessa, de acordo com Sami (2015), que se baseou nos estudos de Searle (1972), partilham com os atos de ameaça as mesmas condições de felicidade, ainda que sejam visíveis algumas diferenças:

1. Normal input and output conditions: both speaker and hearer should have the ability to use and comprehend the utterance.

2. Propositional content conditions: the utterance of promise should predicate a future action of the speaker, and be uttered in a certain context.

3. Preparatory Conditions: the speaker must believe that the hearer prefers the action, and that action has not already been done.

4. Sincerity Condition: the speaker should have the intention, the ability, and the will to carry out the terms of promise.

5. Essential Conditions: by uttering promise, the speaker is committed by his utterance to do action. (Sami, 2015, p. 52)

Os atos de promessa cumprem estas condições de felicidade, no entanto diferem de cultura para cultura. Em algumas culturas, o ato de promessa corresponde, geralmente, a uma promessa polida («polite promises»), uma forma de satisfazer expectativas culturais e de salvaguardar a face, em que o locutor não se sente obrigado a cumprir o que prometeu (Egner, 2002, p. 10).

2.6.2.1 O ato de promessa – Formas de realização

Segundo Salgueiro (2010), os atos de promessa, ao contrário dos de ameaça, são normalmente atos explícitos, em que é habitual o recurso ao presente do indicativo de verbos performativos, como, por exemplo, «prometer».

No que diz respeito ao recurso verbo performativo «prometer», estudos realizados (Cornillie, 2004, 2007; Maíz-Arévalo, 2017) apontam para três situações distintas. Com efeito, o recurso à primeira pessoa do presente do indicativo do verbo «prometer» pode surgir em situações em que o falante se compromete com uma ação futura, fazendo uma promessa ao(s) seus(s) interlocutor(es), como atesta o seguinte enunciado:

(6) Prometo que te comprarei o livro, mais tarde.

Por outro lado, há situações em que, estando a promessa dependente de circunstâncias externas, é habitual o recurso ora a estruturas condicionais (7) ora a orações subordinadas adverbiais temporais (8).

(7) Prometo levar-te ao cinema se receber o dinheiro que me devem.

(8) Assim que se souber a verdade, prometo defender-te.

Nestas situações o grau de compromisso é, como defende Maíz-Arévalo (2017), inferior, uma vez que a concretização da promessa depende de fatores externos.

Note-se, também, que os atos condicionais de promessa podem, por outro lado, refletir o desejo do locutor de que o seu interlocutor realize uma determinada ação ou pare de ter determinado comportamento, impelindo, na verdade, o interlocutor a ter uma boa conduta.

(9) Se me emprestares a tua bicicleta, eu ajudar-te-ei a fazer os trabalhos de casa.

O recurso ao verbo «prometer» pode, no entanto, estar associado à necessidade de enfatizar uma situação que efetivamente teve lugar no passado, como em

(10) Estas foram as suas palavras! Prometo!

Neste contexto, o locutor não se compromete com a realização futura de uma ação, não configurando o enunciado um ato ilocutório de promessa.

Para realizar um ato indireto de promessa, o falante pode, ainda, recorrer a uma frase de tipo declarativo ou de tipo imperativo. Para além disso, é comum o recurso ao complexo verbal ir+infinitivo (Rashid, 2015, p. 23810).

Capítulo III - Metodología

3.1 Participantes

De forma a dar resposta às questões de investigação anteriormente apresentadas, este estudo de caso de natureza qualitativa e quantitativa foi aplicado a aprendentes de Português Língua Não Materna.

Procuramos que o grupo de informantes fosse heterogéneo e, nesse sentido, para além de priorizar a diversidade no que diz respeito à língua materna dos participantes, procuramos que os participantes estivessem integrados em níveis de proficiência linguística diferentes (dos níveis iniciais aos mais avançados).

Desta forma, no estudo realizado, participaram vinte e seis aprendentes de PLNM, com idades compreendidas entre os treze e os sessenta anos, sendo a maioria dos participantes do sexo masculino.

Uma grande parte dos participantes (vinte participantes) reside em Portugal e estuda numa escola secundária do concelho de Palmela, beneficiando da oferta de PLNM. Os restantes estão a aprender a língua portuguesa em aulas particulares, ministradas por uma falante nativa, no Dubai.

Tendo em conta o QECR, os participantes, no que diz respeito ao domínio da língua portuguesa, integram-se, na sua maioria, nos níveis iniciais de proficiência linguística.

Os anos de exposição à língua portuguesa também diferem, ainda que prevaleça o intervalo de tempo entre um ano e quatro anos.

Para além do português, os participantes deste estudo, na sua maioria, falam duas ou mais línguas.

3.2 Instrumentos de recolha de dados

Por considerarmos de extrema importância a observância de princípios éticos, nomeadamente os que salvaguardam os direitos daqueles que colaboram no trabalho de investigação, os participantes foram informados sobre todos os aspetos da investigação que pudessem ter influência na sua decisão de nela colaborar ou não e clarificados todos os aspetos da investigação sobre os quais pudessem vir a ser postas

questões, tal como sugere Walliman (2011). Nesse sentido, em consonância com o que é preconizado no Código Ético da Universidade Aberta (2023), concebemos o documento **Consentimento informado** (cf. Anexo I), assegurando, também, a confidencialidade e proteção dos dados dos informantes, em todas as fases do estudo.

Primeiramente, foi aplicada uma ficha sociolinguística (cf. Anexo II), previamente criada para o efeito, que, ao possibilitar a recolha de informação relacionada com a idade, a nacionalidade, a língua materna, a(s) língua(s) que fala, o contacto com a língua alvo, permitiu a realização de uma análise sociolinguística.

Posteriormente, foi proposta a realização de atividades de elicitación do discurso, na sua forma escrita, apresentando-se aos participantes um questionário misto (Batista et al., 2021) (cf. Anexo III) constituído por seis itens, sendo cinco itens de seleção e um item de construção (resposta restrita), que permitiu avaliar o reconhecimento dos atos em estudo e o desempenho dos aprendentes neste domínio. Dada a índole do item de resposta aberta, consideramos pertinente concentrar a nossa atenção na análise das estruturas linguísticas utilizadas pelos participantes na realização do ato solicitado, desvalorizando eventuais erros ortográficos e outros como, por exemplo, os de acentuação, de translineação e de uso indevido de letra minúscula ou de letra maiúscula inicial, desde que não nos impedissem de identificar a força ilocutória dos atos em análise. Para além disso, não fizemos correções, para analisarmos as produções efetivamente realizadas pelos aprendentes e por não ser esse o objetivo do presente estudo.

Após a entrega, pelos participantes, dos instrumentos de recolha de dados – ficha sociolinguística e questionário -, cujo preenchimento foi feito, em Portugal, na presença da professora de PLNM e, no Dubai, na presença da professora (falante nativa), que acompanha estes alunos, iniciámos a análise da informação.

3.3 Procedimentos de análise

Os instrumentos utilizados nesta investigação permitiram ao investigador obter dados, como adianta Gonçalves (2004), «comparáveis, generalizáveis e passíveis de análises quantitativas» (Gonçalves, 2004, p. 78).

Na verdade, a análise quantitativa e qualitativa dos dados, previamente organizados em quadros e gráficos, partiu do confronto dos perfis sociolinguísticos com os resultados do desempenho dos participantes nas atividades de elicitación do discurso propostas e, através dela, pretendeu-se verificar, ou refutar, as hipóteses de partida, que orientam a nossa investigação.

Capítulo IV - Apresentação e discussão dos resultados

4.1 Análise sociolinguística

Tendo em conta os dados fornecidos, na ficha sociolinguística, podemos concluir que os participantes se integram numa faixa etária que vai dos treze aos sessenta anos. Cerca de 46% dos participantes pertencem ao sexo feminino: doze participantes são do sexo feminino, catorze do sexo masculino.

Os informantes são oriundos de diferentes países, sendo que cerca de 46% (doze participantes) é oriundo de países do Médio Oriente. Os participantes pertencem, na verdade, a diferentes nacionalidades. Cerca de 8% (dois participantes) tem dupla nacionalidade: venezuelano/português e russo/turco.

O gráfico abaixo apresenta o número de participantes por país de origem.

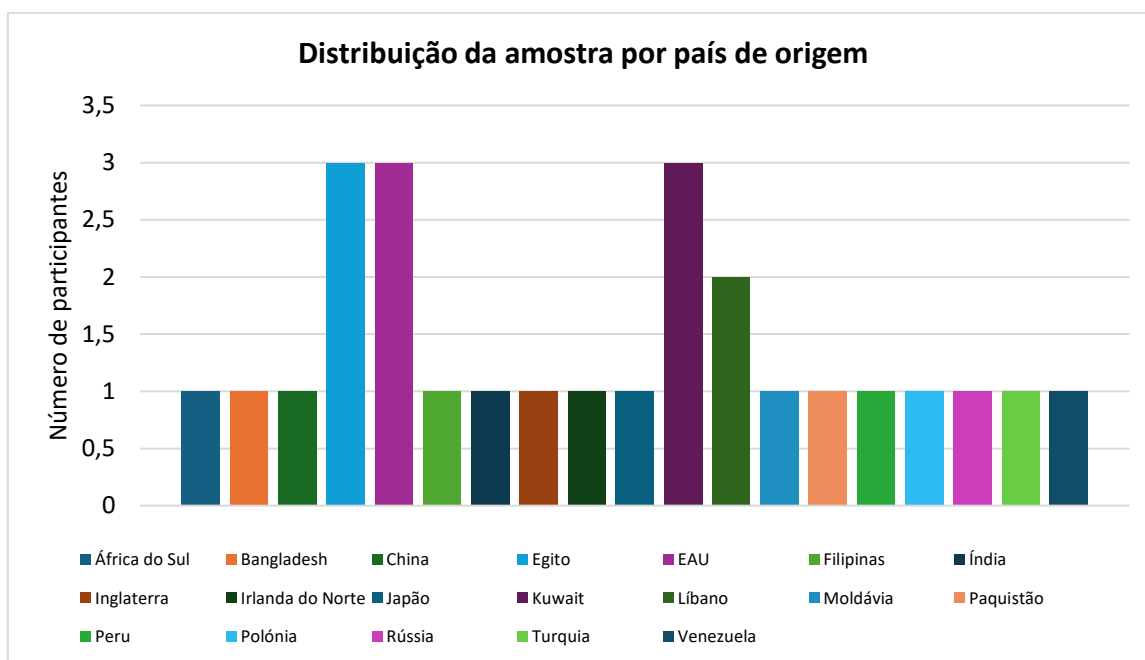


Gráfico: 4.1 – Distribuição da amostra por país de origem

Quanto à língua materna, cerca de 35% dos participantes (nove participantes) têm como língua materna o árabe, como podemos observar no gráfico abaixo. Cerca de 12% dos participantes (três participantes) são bilingues.

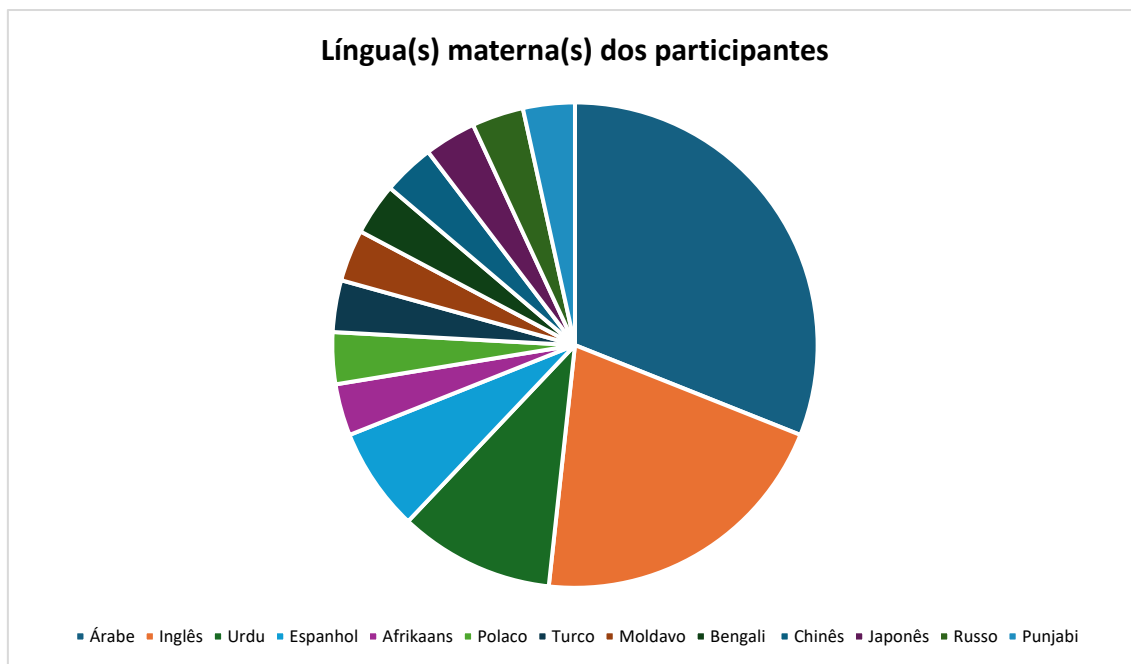


Gráfico: 4.2 – Língua(s) materna(s) dos participantes

A análise da ficha sociolinguística permite, ainda, a identificação das línguas faladas pelos participantes e respetivo nível de proficiência linguística, sendo que, para além da(s) sua(s) língua(s) materna(s), cerca de 46% da amostra (doze participantes) fala duas línguas; cerca de 31% (oito participantes) fala três; cerca de 12% da amostra (três participantes) fala quatro e cerca de 8% dos participantes (dois participantes) fala uma língua. Somente cerca de 4% (um participante) fala apenas a sua língua materna

O quadro abaixo apresenta o nível de proficiência linguística de cada uma das línguas faladas pelos participantes.

Quadro: 4.1 - Nível de proficiência linguística das línguas faladas pelos participantes

Participantes³³	Língua(s) materna(s)	Língua(s) falada(s)	Nível de proficiência linguística da(s) língua(s) falada(s)
1	Inglês Afrikaans	-----	-----
2	Polaco	Inglês Espanhol Árabe Português	Avançado Intermédio Inicial Avançado
3	Árabe	Inglês Português	Avançado Inicial
4	Turco	Inglês Português	Intermédio Inicial
5	Árabe	Inglês Português	Avançado Inicial
6	Urdu	Inglês Árabe Português	Avançado Inicial Inicial
7	Árabe	Inglês Português	Avançado Intermédio
8	Moldavo	Inglês Português	Avançado Avançado
9	Árabe	Inglês Português	Avançado Inicial
10	Bengali	Inglês Hindi Português	Avançado Inicial Inicial
11	Espanhol	Inglês	Intermédio

³³ Uma vez que a realização desta pesquisa ocorreu salvaguardando-se o anonimato dos participantes, utilizamos algarismos para os identificar.

		Alemão Português	Inicial Intermédio
12	Chinês	Inglês Português	Inicial Inicial
13	Espanhol	Inglês Português	Avançado Avançado
14	Japonês	Inglês Espanhol Português	Avançado Intermédio Avançado
15	Inglês	Hindi Marata Konkani Francês	Avançado Intermédio Intermédio Inicial
16	Inglês	Tagalog Chavacano Espanhol	Avançado Avançado Inicial
17	Árabe	Inglês Francês Português	Avançado Intermédio Inicial
18	Urdu	Inglês Árabe Punjabi Português	Avançado Inicial Avançado Intermédio
19	Russo	Turco Inglês Português	Avançado Intermédio Inicial
20	Árabe	Inglês Português	Avançado Inicial
21	Inglês	Português	Intermédio
22	Árabe	Inglês Português	Avançado Inicial

23	Árabe	Inglês Português	Avançado Intermédio
24	Urdu Punjabi	Inglês Árabe Português	Avançado Inicial Inicial
25	Árabe	Inglês Português	Avançado Intermédio
26	Inglês	Português Inglês	Inicial Avançado

No que diz respeito às línguas faladas pelos participantes, a ficha sociolinguística apresenta, também, dados relativos às pessoas com quem os participantes falam, sendo o português a língua que não é usada com familiares, mas falada com amigos, por cerca de 69% da amostra (dezoito participantes).

No que concerne à proficiência linguística em língua portuguesa, o grupo de participantes deste estudo é heterogéneo. Cerca de 62% da amostra (dezasseis participantes) integra-se nos níveis iniciais (A1 e A2, de acordo com o QECR); cerca de 23% (seis participantes) integra-se nos níveis intermédios (B1 e B2, de acordo com o QECR) e por volta dos 15% da amostra (quatro participantes) está integrada nos níveis avançados (C1 e C2, de acordo com o QECR). A grande maioria está, portanto, integrada no nível inicial de proficiência linguística.

Quanto ao tempo de exposição à língua-alvo, neste caso, o português, predomina o intervalo de tempo entre um e quatro anos, tal como é possível verificar no gráfico abaixo.

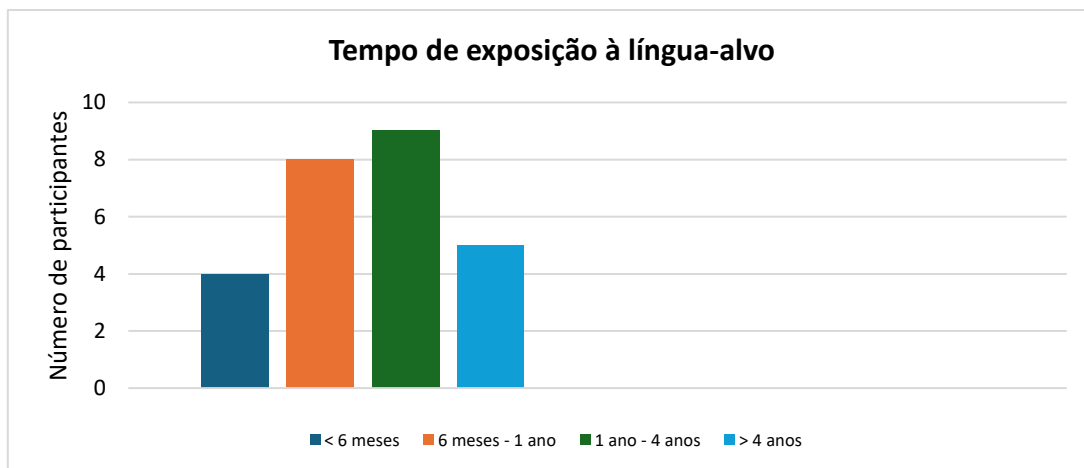


Gráfico: 4. 3 – Tempo de exposição à língua-alvo

A análise da ficha sociolinguística revela, ainda, que os aprendentes recorrem à língua portuguesa em contextos diversificados: trabalho (cerca de 35%, ou seja, nove participantes), viagens (cerca de 46%, ou seja, doze participantes), estudo (cerca de 96%, ou seja, vinte e cinco participantes), atividades de lazer (cerca de 81%, ou seja, vinte e um participantes). No que diz respeito a estas atividades, cerca de 19% da amostra (cinco participantes) usa a língua portuguesa na realização de atividades físicas e desportivas; cerca de 23% (seis participantes) em *hobbies* e cerca de 73% (dezanove participantes) em atividades de carácter social, tais como ir ao cinema ou usar redes sociais.

4.2 Análise do questionário aplicado

Foi proposto aos participantes deste estudo que realizassem seis exercícios de índole diversa.

O primeiro exercício proposto (cf. Anexo III), que consiste num item de seleção, sugere aos participantes a identificação de enunciados correspondentes a atos de promessa e enunciados correspondentes a atos de ameaça, num universo de oito enunciados, em que os dois atos estavam igualmente representados.

Cerca de 46% dos participantes (doze participantes) realizaram o exercício com sucesso, tendo a maioria, com efeito, realizado com relativo insucesso o item proposto, como é possível verificar no quadro abaixo.

Quadro: 4.2 – Identificação de atos de promessa e atos de ameaça

Número de respostas certas	8	7	6	5	4	3	2	1	0
Número de participantes	12	10	2	2	0	0	0	0	0
Percentagem de participantes	46%	38%	8%	8%	0%	0%	0%	0%	0%

No que diz respeito aos participantes que realizaram o exercício com sucesso podemos constatar que a maioria está integrada nos níveis iniciais de proficiência linguística. No entanto, tendo em conta que os níveis iniciais de proficiência linguística são aqueles em que mais participantes estão integrados, podemos concluir que é, com efeito, nos níveis intermédios e avançados que se verifica maior sucesso, conforme podemos observar no gráfico.

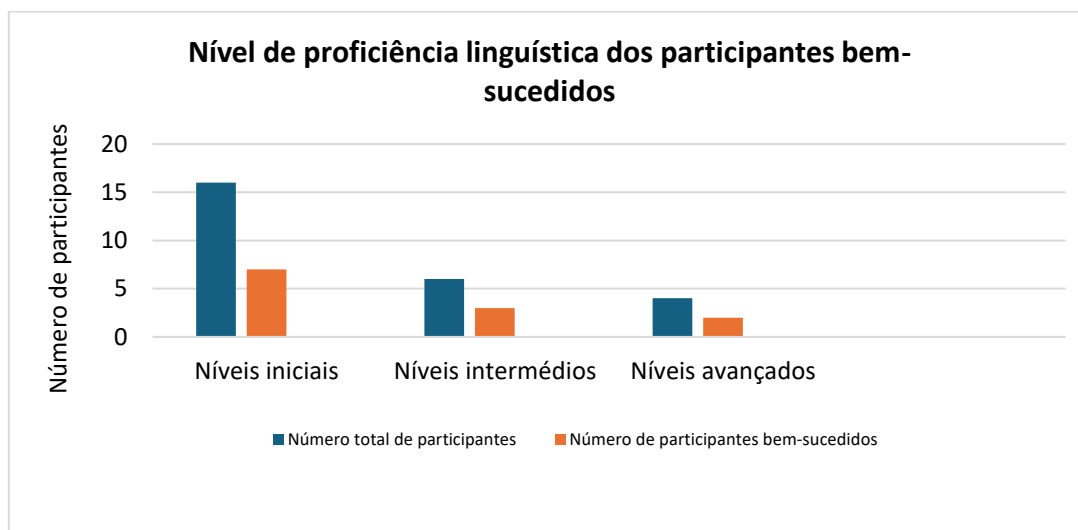


Gráfico: 4.4 – Nível de proficiência linguística dos participantes bem-sucedidos

A análise dos dados recolhidos permitiu-nos chegar à conclusão de que os enunciados

(11) ***Eu juro que vou ao cinema contigo se tiveres boa nota no teste.***

(12) ***Eu posso ajudar-te se tiveres dificuldades.***

foram aqueles que apresentaram maior taxa de respostas certas ao contrário do enunciado

(13) ***Por favor, não contes o que te disse para continuarmos a ser amigos.***

que apresenta a menor taxa de respostas certas, como é possível verificar no quadro abaixo.

Quadro: 4.3 – Taxas de respostas certas por enunciado

Enunciados	Respostas certas	% de respostas certas	Respostas erradas	% de respostas erradas
<i>Se continuares a bater-me, eu posso levar-te ao hospital.</i>	23	88%	3	12%
<i>Por favor, não contes o que te disse para continuarmos a ser amigos.</i>	17	65%	8	31%
<i>Se namorares comigo, compro-te aquele anel.</i>	22	85%	3	12%
<i>Olha que eu te dou um murro!</i>	24	92%	1	4%
<i>Eu juro que vou ao cinema contigo se tiveres boa nota no teste.</i>	26	100%	0	0%
<i>Vou estar na tua casa muito cedo. É uma promessa.</i>	25	96%	0	0%
<i>Se não estudares, não vais poder usar o telemóvel durante um mês.</i>	25	96%	1	4%
<i>Eu posso ajudar-te se tu estiveres com dificuldades.</i>	26	100%	0	0%

Atente-se, ainda, que os atos configurados por alguns enunciados não foram assinalados, tendo os participantes deixado o exercício em branco. Com efeito, verificou-se uma ocorrência deste tipo em cada um dos seguintes enunciados:

(14) ***Por favor, não contes o que te disse para continuarmos a ser amigos.***

(15) ***Se namorares comigo, compro-te aquele anel.***

(16) ***Olha que eu te dou um murro!***

(17) ***Vou estar na tua casa muito cedo. É uma promessa.***

No domínio dos atos de ameaça, foram os aprendentes de níveis de proficiência linguística iniciais aqueles que evidenciaram uma maior dificuldade em enunciados em que se recorreu à estrutura «se p, q!», como é possível verificar no quadro abaixo.

Quadro: 4.4 – Compreensão da estrutura «se p, q!», em atos de ameaça - Taxas de respostas certas por nível de proficiência linguística

Enunciados	Nível de proficiência linguística		
	Inicial	Intermédio	Avançado
<i>Se continuares a bater-me, eu posso levar-te ao hospital.</i>	54%	100%	75%
<i>Se não estudares, não vais poder usar o telemóvel durante um mês.</i>	94%	100%	100%

O segundo exercício proposto (cf. Anexo III) sugere a seleção dos enunciados correspondentes a atos de promessa, em que, num universo de sete enunciados, quatro configuram atos de promessa:

(18) ***Eu prometo que vou fazer o trabalho de casa.***

(19) ***Vou fazer o que me pediste.***

(20) ***Tens a minha palavra.***

(21) ***Prometo! Isto não vai voltar a acontecer!***

A análise dos dados revela que a taxa de respostas certas geral é alta, mas a dificuldade dos aprendentes varia significativamente entre os enunciados.

Cerca de 8% dos participantes (dois participantes) realizou o exercício com sucesso, sendo que um dos participantes está integrado num nível inicial de proficiência linguística e o outro num nível intermédio.

Os enunciados que foram incorretamente percecionados como promessas encontram-se no gráfico abaixo, sendo que o enunciado

(22) ***Juro que estava a pensar em ti.***

tem a menor taxa de resposta certa.

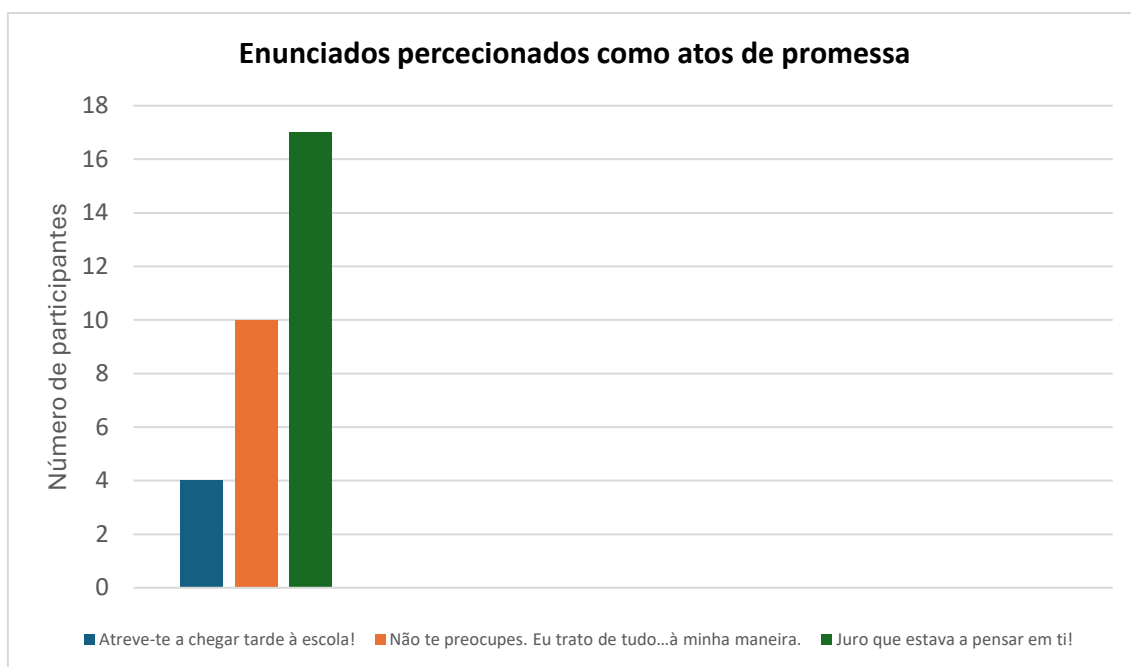


Gráfico: 4. 5 – Enunciados percebidos como atos de promessa

Em contraste, o enunciado

(23) ***Eu prometo que vou fazer o trabalho de casa.***

apresenta uma taxa de 100% de respostas certas, como é possível verificar no quadro abaixo.

Quadro: 4.5 - Taxas de respostas certas por enunciado, na identificação de atos de promessa

Enunciados	Respostas certas	Percentagem de respostas certas
<i>Eu prometo que vou fazer o trabalho de casa.</i>	26	100%
<i>Vou fazer o que me pediste.</i>	19	73%
<i>Tens a minha palavra.</i>	22	85%
<i>Atreve-te a chegar tarde à escola!</i>	22	85%
<i>Prometo! Isto não vai voltar a acontecer!</i>	23	88%
<i>Não te preocupes. Eu trato de tudo...à minha maneira.</i>	16	62%
<i>Juro que estava a pensar em ti!</i>	9	35%

O terceiro item (cf. Anexo III), que constitui um exercício de resposta aberta, é constituído por duas propostas de escrita. As imagens apresentadas sugerem aos

participantes a redação da reação às palavras que poderiam ter sido proferidas pelas figuras representadas e que os aprendentes claramente identificaram, a «mãe» e o «patrão». Trata-se da simulação de uma interação em que aos aprendentes têm de produzir um ato de promessa. A imagem sugere o ato de crítica, direto ou indireto, por parte das figuras representadas, que suscitam a necessidade de o interlocutor, que os aprendentes vão representar, proteger a sua face. É, na verdade, um convite a que o participante se coloque na pele de um dos interlocutores.

O quadro abaixo apresenta as produções escritas de cada um dos participantes, em cada um dos diálogos.

Quadro: 4.6 – Produções escritas (atos de promessa)

Participantes	Diálogo 1	Diálogo 2
1	<i>Prometo eu não jogo á bola em casa</i>	<i>Prometo eu não novamente agam atrasado</i>
2	<i>Prometo que isto não vai voltar a acontecer.</i>	<i>Prometo que isto não vai voltar a acontecer.</i>
3	<i>Ok, desculpa mãe, mas I didn't mean to break it. desculpa.</i>	<i>Desculpa, it won't happen again.</i>
4	<i>Desculpa, mãe, eu não vou jogar aqui outra vez.</i>	<i>Eu vou tentar de chegar cedo. Vou levantar-se cedo de manhã.</i>
5	<i>Desculpa mãe, I didn't mean to break it. Eu não pode jogar á bola em casa através.</i>	<i>Desculpa Patrão, Eu não vou chegar atrasado através.</i>
6	<i>Mãe, Eu não vou jogar outravesh.</i>	<i>Pes desculpa, mas isto não my fault the bloody traffic.</i>
7	<i>Não Não Não !!! foi acident. Por favor, não queria fazer isso!! Ou eu vou chorar todos os dias e eventualmente morrer.</i>	<i>Peço desculpe. Meu telemóvel quebradou e não possi ver o tempo e por isso dormei muito. Por favor,</i>

		<i>tenho vinte e três, preciso essa trabalha</i>
8	<i>peço desculpa Mãe</i>	<i>peço desculpa.</i>
9	<i>Fui a culpa, desculpa mãe. Eu prometo que eu vou não jogar à bola em casa através, eu vou jogar à bola na fora, no futuro.</i>	<i>Eu sei, eu prometo que eu vou chegar 30 minutos antes tempo no futuro.</i>
10	<i>Desculpa Mãe ... eu prometo prometo que vou ter mais cuidado aos próximos dias! Foi a minha culpa e nunca vou repetir isso outra vez.</i>	<i>Não foi a minha culpa ao verdade! Tive uma acidente a rua e a cameada era bloqueado. Eu tive de mudar o caminho de carro para chegar aqui.</i>
11	<i>Prometo não volver a jogar a bola em casa</i>	<i>Prometo não volver a chegar atrasada</i>
12	<i>ok, não vou fazer isso, prometo</i>	<i>Enão haverá umá próxima vez.</i>
13	<i>Mãe, prometo não voltar a jogar à bola bola dentro de casa.</i>	<i>Desculpe patrão, não voltarei a chegar atrasado.</i>
14	<i>Mãe, desculpa. Não vou mais brincar com a bola em locais onde há coisas que podem partir-se.</i>	<i>Desculpe, da próxima vez não vou chegar atrasado. Prometo.</i>
15	<i>Eu prometo não jogar bola dentro de casa.</i>	<i>Desculpe. Eu prometo ser pontual.</i>
16	<i>EU PROMETO QUE EU NÃO A FIZ. FOI O GATO</i>	<i>DESCULPE, ISTO NÃO VAI ACONTECER DE NOVO</i>
17	<i>Vou poupar algum dinheiro e comprar uma outra para ti.</i>	<i>Vou ficar horas extras para compensar.</i>
18	<i>Desculpa não não vais jogar mais em casa vou irei lá no parque para jogar.</i>	<i>Desculpa-mã patrão amanhã nou vou atrasado vou ir rapidamente.</i>
19	<i>Eu prometo. Eu não vou jogar á bola em casa</i>	<i>Euprometo. Eu vou chegar cedo.</i>
20	<i>eu prometa isso eu não faz isso otrefiz</i>	<i>muito desculpa o meu outocarro e atrasado não foi otrofiz</i>

21	<i>Desculpa mae, ja nunca mas vou jogar bola dentro de casa.</i>	<i>Desculpa, prometo que isso ja não volta acontecer</i>
22	<i>Mãe desculpa Eu promessa Eu lempa esta taça de vidro porfavor Eu quero jogo à bola depois</i>	<i>Desculpa senhor Eu promessa Esta ultimo tempo a trazer</i>
23	<i>Eu prometo não vou jogar à bola em casa outro vez</i>	<i>Eu prometo eu vou tentar não ser atrasado nunca outro vez</i>
24	<i>Desculp mãe não vou jogar mais em casa vai lá no campo do futebol para jogar</i>	<i>Descup-ma patrão amanhã não vou atrasado para a trablho</i>
25	<i>Eu promessa da Eu não vou fazer Esta otreves</i>	<i>descopa senhor eu não vou atrasado otroves eu promesso</i>
26	<i>Eu Prometo que não vou partir mais nada.</i>	<i>Eu ja juro que não volta a acontecer</i>

A análise dos dados constantes do quadro acima apresentado permite-nos identificar as estruturas linguísticas que foram mais utilizadas pelos participantes na realização dos atos de promessa, como comprova o quadro que se segue.

Quadro: 4.7 – Estruturas linguísticas mais usadas (atos de promessa)

Estruturas linguísticas	Exemplos	Participantes	
		N.º	% (aprox.)
Recurso à primeira pessoa do presente do indicativo do verbo performativo <i>prometer</i> (com omissão ou não do pronome pessoal <i>eu</i>)	<i>Prometo eu não jogo á bola em casa</i>	8	31%

Recurso à primeira pessoa do presente do indicativo do verbo <i>jurar</i>	<i>Eu ju juro que não volta a acontecer</i>	1	4%
Recurso ao verbo performativo seguido de uma oração subordinada substantiva completiva (em que a conjunção está omissa ou não)	<i>Eu ju juro que não volta a acontecer</i> <i>EU PROMETO QUE EU NÃO A FIZ.</i> <i>FOI O GATO</i> <i>Eu prometo não vou jogar à bola em casa outro vez</i>	5	19%
Recurso ao verbo performativo + infinitivo	<i>Eu prometo não jogar bola dentro de casa.</i>	5	19%
Recurso ao complexo verbal verbo (futuro simples do indicativo) + a infinitivo	<i>Não voltarei a chegar atrasado.</i>	1	4%
Recurso ao complexo verbal <i>ir + infinitivo</i>	<i>Não vou mais brincar com a bola em locais onde há coisas que podem partir-se.</i>	13	50%
Recurso ao verbo <i>fazer</i> no presente do indicativo (com valor de futuro)	<i>eu prometa isso eu não faz isso</i> <i>otrefiz</i>	1	4%
Recurso a estruturas condicionais implícitas	<i>Por favor, não queria fazer isso!! Ou eu vou chorar todos os dias e eventualmente morrer</i> <i>Desculpa não não vais jogar mais em casa vou ir lá no parque para jogar.</i>	2	8%

É possível verificar que prevaleceram o recurso ao complexo verbal *ir + infinitivo* e a utilização da primeira pessoa do presente do indicativo dos verbos performativos *prometer* e *jurar*, sendo o número de participantes que utilizaram o complexo verbal *ir*

+ *infinitivo* estas estruturas inferior ao número de participantes que optaram pelo recurso à primeira pessoa do presente do indicativo do verbo performativo *prometer*. Na verdade, os enunciados em que o participante utiliza verbos performativos, acompanhados, por vezes, de outras estruturas, são, efetivamente, a formulação mais frequente. Por outro lado, o recurso ao complexo verbal *verbo (futuro simples do indicativo) + a infinitivo* e ao verbo *fazer* no presente do indicativo (com valor de futuro) são as estruturas linguísticas menos utilizadas.

A análise dos dados obtidos permite-nos, ainda, verificar o tipo de formulação, direta ou indireta, dos atos em estudo. O gráfico abaixo evidencia a não preferência dos participantes neste estudo por uma das formulações.



Gráfico: 4. 6 – Atos de promessa – tipo de formulação utilizada

No que diz respeito à preferência pelas formulações diretas do ato de promessa, destacam-se os participantes integrados em níveis iniciais de proficiência linguística (cerca de 19%, ou seja, cinco participantes), seguidos dos integrados nos níveis intermédios (cerca de 12%, ou seja, 3 participantes) e dos posicionados em níveis avançados (cerca de 4%, ou seja, um participante), uma vez que optaram pela formulação direta do ato em análise nos dois diálogos apresentados.

Por fim, é possível, ainda, verificar o nível de proficiência linguística dos participantes que recorreram a cada uma das seguintes estruturas linguísticas.

Quadro: 4.8 – Estruturas utilizadas em atos de promessa - Números de participantes e respectivo nível de proficiência linguística

Estruturas linguísticas usadas	Nível de proficiência linguística dos participantes/número de participantes		
	inicial	intermédio	avançado
Recurso à primeira pessoa do presente do indicativo do verbo performativo <i>prometer</i> (com omissão ou não do pronome pessoal <i>eu</i>)	5	2	1
Recurso à primeira pessoa do presente do indicativo do verbo <i>jurar</i>	1	0	0
Recurso ao verbo performativo seguido de uma oração subordinada substantiva completiva (em que a conjunção está omissa ou não)	3	1	1
Recurso ao verbo performativo + infinitivo	2	2	1
Recurso ao complexo verbal <i>verbo (futuro simples do indicativo) + a infinitivo</i>	0	0	1
Recurso ao complexo verbal <i>ir + infinitivo</i>	9	3	1
Recurso ao verbo <i>fazer</i> no presente do indicativo (com valor de futuro)	1	0	0
Recurso a estruturas condicionais implícitas	0	2	0

A análise do quadro permite-nos verificar que:

- cerca de 69% dos participantes de níveis iniciais de proficiência linguística recorre a verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo;

- cerca de 83% dos participantes de níveis intermédios de proficiência linguística recorre a verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo;

- 75% dos participantes de níveis avançados de proficiência linguística recorre a verbos performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

O quarto item (cf. Anexo III) sugere a seleção dos enunciados correspondentes a atos de ameaça, em que, num universo de seis enunciados, cinco configuram atos de ameaça:

- (24) ***Estás quieto ou preferes que eu te acalme?***
- (25) ***Faz o que te digo, se não queres que te castigue!***
- (26) ***Mais uma atitude dessas e eu juro que te destruo.***
- (27) ***Se cooperares comigo, não te farei mal.***
- (28) ***Prometo que nunca mais vou ser simpático contigo.***

No que diz respeito a este item, os dados obtidos revelam que apenas cerca de 27% da amostra (sete participantes) realizaram o exercício com sucesso, sendo que a maioria (quatro participantes) está integrada nos níveis iniciais de proficiência linguística, cerca de 4% (um participante) nos níveis intermédios e cerca de 8% (dois participantes) nos níveis avançados.

Dado o número de participantes que integram cada um dos níveis de proficiência linguística, podemos afirmar que é, com efeito, nos níveis avançados que se verifica maior sucesso.

O enunciado

- (29) ***Prometo que nunca mais vou ser simpático contigo.***

é aquele que apresenta a menor taxa de respostas certas, ao contrário dos enunciados

- (30) ***Faz o que te digo, se não queres que te castigue!***
- (31) ***Mais uma atitude dessas e eu juro que te destruo.***
- (32) ***Podes contar comigo. Somos amigos.***

que apresentam uma taxa de respostas certas de 92%, conforme é possível verificar no seguinte quadro.

Quadro: 4.9 - Taxas de respostas certas por enunciado, na identificação de atos de ameaça

Enunciados	Respostas certas	Percentagem de respostas certas
<i>Estás quieto ou preferes que eu te acalme?</i>	17	65%
<i>Faz o que te digo, se não queres que te castigue!</i>	24	92%
<i>Podes contar comigo. Somos amigos.</i>	24	92%
<i>Mais uma atitude dessas e eu juro que te destruo.</i>	24	92%
<i>Se cooperares comigo, não te farei mal.</i>	22	85%
<i>Prometo que nunca mais vou ser simpático contigo.</i>	14	54%

No domínio dos atos de ameaça, foram os aprendentes de níveis de proficiência linguística iniciais aqueles que evidenciaram uma maior dificuldade em enunciados em que se recorreu à estrutura «se p, q!», ainda que a menor taxa de respostas certas recaia sobre os participantes de nível avançado de proficiência linguística, conforme é possível verificar no quadro abaixo. Na verdade, sabendo que 75% dos participantes de nível avançado de proficiência linguística corresponde apenas a um participante, podemos antever, assim, que as dificuldades foram mais visíveis nos participantes de níveis de proficiência linguística iniciais, sendo que num universo de dezasseis alunos foram quatro os que apresentaram respostas incorretas.

Quadro: 4.10 – Compreensão da estrutura «se p, q!,» em atos de ameaça - Taxa de respostas certas por nível de proficiência linguística

Enunciados	Nível de proficiência linguística		
	Inicial	Intermédio	Avançado
<i>Faz o que te digo, se não queres que te castigue!</i>	94%	100%	75%
<i>Se cooperares comigo, não te farei mal.</i>	81%	100%	75%

O quinto item (cf. Anexo III) sugere ao participante que associe um dos diálogos apresentados à respetiva interpretação implícita de um ato de ameaça.

A análise dos dados revela que cerca de 88% da amostra (23 participantes) realizou o exercício com sucesso, pertencendo os participantes que não concluíram o exercício com sucesso, na sua maioria, a níveis iniciais de proficiência linguística.

O último item (cf. Anexo III) propõe ao participante a seleção da frase que o falante (professor) possa ter dirigido ao seu interlocutor (professor), durante uma aula.

Feita a análise quantitativa dos dados, podemos concluir que a grande maioria dos participantes selecionou a frase B: ***Talvez seja melhor para ti não estares a olhar para o telemóvel durante a aula.***

O quadro abaixo mostra o número (e respetiva percentagem) de participantes que selecionou cada uma das frases.

Quadro: 4.11 – Distribuição dos participantes na seleção do enunciado que configura um ato de ameaça

Enunciados	Número de participantes	Percentagem de participantes (aprox.)
<i>Vais continuar a usar o telemóvel ou preferes que vá falar com a Diretora da escola?</i>	5	19%
<i>Talvez seja melhor para ti não estares a olhar para o telemóvel durante a aula.</i>	21	81%

A análise dos dados permite-nos concluir, também, que foram os participantes de níveis intermédios de proficiência linguística que, em proporção, mais selecionaram o enunciado seguinte:

(33) ***Vais continuar a usar o telemóvel ou preferes que vá falar com a Diretora da escola?***

4.3 Discussão dos resultados

No que diz respeito ao ato de promessa, podemos verificar que a grande maioria dos participantes reconhece estruturas de intensificação como a que é utilizada em

(34) ***Prometo! Isto não vai voltar a acontecer!***

que, envolvendo o recurso a uma frase de tipo exclamativo e ao verbo performativo «prometer» na 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo, reforça a força ilocutória de promessa.

O recurso aos designados «Illocutionary Force Indicating Devices» (Austin, 1962; Searle, 1969), ou seja, aos verbos performativos, que, de forma explícita, descrevem uma ação, como «prometer» ou «jurar», na 1.^a pessoa do presente do indicativo, é, por outro lado, também, uma das estruturas linguísticas mais identificadas pelos participantes. No entanto, uma grande parte não verificou que o enunciado

(35) ***Juro que estava a pensar em ti!***

em que se recorre ao performativo «jurar», geralmente associado ao ato de prometer, não configura um ato ilocutório de promessa. Na verdade, o falante não tem a intenção de se comprometer com a realização de uma ação futura, mas, antes, a intenção de enfatizar a veracidade das suas palavras.

Estruturas em que o performativo não é utilizado também são facilmente identificadas, evidenciando o conhecimento, pelos participantes, de que o ato de promessa pode ser realizado sem o recurso ao performativo, conclusão a que, também, chegou Maíz-Arévalo, no estudo realizado em 2017, em que constatou que, no domínio da expressão oral de enunciados que configuram atos de promessa, o uso de verbos performativos era raro em aprendentes espanhóis de inglês como LE (Maíz-Arévalo, 2017, p.88).

No que diz respeito às estruturas linguísticas, igualmente identificadas pelos participantes deste estudo, em que não se recorre ao performativo, destacamos o recurso aos complexos verbais *ir + infinitivo* e *poder + infinitivo*, que expressam a intenção do falante de realizar algo no futuro, em frases de tipo declarativo, e cuja utilização tem sido verificada não só em estudos realizados no âmbito da análise pragmática (Rashid, 2015; Sita, 2018) como também no domínio da aprendizagem de uma LE (Maíz-Arévalo, 2017).

A frase de tipo declarativo em que se recorreu à metáfora

(36) *Tens a minha palavra.*

foi percebida pela maior parte dos aprendentes como um ato de promessa. Trata-se de uma expressão idiomática, que, embora a metáfora utilizada confira à frase outro significado que não o literal, configura uma promessa de verdade e de que algo será feito no futuro.

Podemos, ainda, verificar que os enunciados que integram estruturas condicionais, que destacam as circunstâncias de que as promessas estão dependentes, não ofereceram grande dificuldade.

Relativamente às estruturas linguísticas utilizadas em atos de ameaça e compreendidas pelos participantes, podemos destacar o recurso à expressão «Olha que», que é, por si só, um indicador da força ilocutória do enunciado, e ao verbo no presente do indicativo com valor de futuro, que implica a intenção de realização de uma ação futura, que não é do interesse do alocutário.

É possível constatar, também, a relativa facilidade dos participantes na identificação dos enunciados em que está presente a sequência «p- se q», que configura «uma situação enunciativa assimétrica, caracterizada por uma distribuição desigual dos lugares [enunciativos] entre os interactantes» (Almeida, 2016, p.11). Note-se, no entanto, que se evidencia uma maior facilidade na identificação de atos de ameaça hipotéticos que exprimem a modalidade deôntica.

O recurso aos verbos performativos «prometer» e «jurar» na primeira pessoa do presente do indicativo, em enunciados que configuram atos ilocutórios de ameaça (cf. Maíz-Arévalo, 2017; Runnan, 2021), não foi interpretado de igual modo pelos participantes, já que o enunciado

(37) *Prometo que nunca mais vou ser simpático contigo.*

não foi percebido como ameaça pela grande maioria, tendo, no entanto, os participantes sido sensíveis ao carácter ameaçador, à efetiva força ilocutória do enunciado

(38) *Mais uma atitude dessas e eu juro que te destruo.*

ainda que esteja expresso em ambos os enunciados o desejo de causar danos ao alocutário. Nos enunciados apresentados, estes verbos performativos «carregam a

conotação de ameaça, independentemente de seus significados lexicais» (Goshkheteliani & Churchelauri, 2019, p. 209), mas, constituem, de acordo com Fraser (1998), estruturas raramente utilizadas, em línguas como o inglês. (Fraser, 1998, p. 167)

Os enunciados

(39) ***Por favor, não contes o que te disse para continuarmos a ser amigos.***

(40) ***Não te preocupes. Eu trato de tudo ... à minha maneira.***

foram aqueles em que os participantes evidenciaram maiores dificuldades, a par de

(41) ***Estás quieto ou preferes que eu te acalme?***

um enunciado que corresponde a uma pergunta retórica, de polaridade positiva, em que se recorre a um verbo «de vontade» (Almeida, 2016, p. 9). Com efeito, o enunciado

(42) ***Por favor, não contes o que te disse para continuarmos a ser amigos.***

em que se recorre a uma estratégia de mitigação externa, usada para suavizar a força coerciva do enunciado, corresponde a uma frase de tipo imperativo que, integrando uma oração final, evidencia, implicitamente, a possibilidade do ouvinte transgressor ser penalizado no futuro pelo seu comportamento. Por outro lado, o enunciado

(43) ***Não te preocupes. Eu trato de tudo ... à minha maneira.***

em que o ato de ameaça, também acompanhado por um ato diretivo, realizado através do recurso ao conjuntivo com valor imperativo, apresenta uma expressão introdutora de ambiguidade, mas que, efetivamente, ameaça a face negativa do alocutário. Embora não esteja explícito o que será infligido, no futuro, ao destinatário das palavras, não será do seu agrado, o que é sugerido pelo recurso à ironia e à presença das reticências.

O enunciado

(44) ***Atreve-te a chegar tarde à escola!***

que configura, também, um ato híbrido, dada a sua evidente dimensão diretiva e comissiva (ainda que não esteja explícita a ação que irá ser levada a cabo), também ofereceu algumas dificuldades.

As promessas realizadas pelos aprendentes refletem o desejo de persuadir o destinatário ou de ser desculpado/perdoado, como evidenciaram Husain et al. (2020).

No que diz respeito às estruturas linguísticas usadas, a análise dos resultados obtidos permitiu-nos chegar a algumas conclusões.

Em primeiro lugar, é importante referir que, ainda que, em alguns enunciados, tenham sido utilizadas formas não-padrão, a sequência de letras «prom-» foi suficiente para ativar o valor ilocutório do enunciado. Vejamos:

(45) ***eu prometa isso eu não faz isso otrefiz***

(46) ***Eu promessa Eu lempa esta taça de vidro porfavor***

(47) ***descopa sinhor eu não vou atrasado otroves eu promesso***

Enunciados, como os que se seguem, mostram como a ativação de um enunciado como promessa depende mais da força ilocutória do enunciado do que da sua correção formal:

(48) ***Eu sei, eu promeso que eu vou chegar 30 minutos antes tempo no futuro.***

(49) ***Eu não pode jogar á bola em casa através.***

Na verdade, como já foi referido, o valor ilocutório de um ato não depende apenas da forma gramatical do enunciado que o veicula, mas também do contexto e da intenção comunicativa (Austin, 1962; Searle, 1969).

O recurso aos verbos performativos na primeira pessoa do presente do indicativo e ao complexo verbal *ir + infinitivo*, que remetem para um tempo futuro, cumprindo a condição proposicional proposta por Searle (1972), correspondem às estruturas mais usadas pelos participantes e são, muitas vezes, acompanhadas de um ato expressivo de desculpa (Searle, 1979) explícito:

(50) ***ou poupar algum dinheiro e comprar uma outra para ti.***

(51) ***Desculp mãe não vou jogar mais em casa vai lá no campo do futebol para jogar.***

Na verdade, o ato de desculpa (explícito, nas produções analisadas), entendido por alguns investigadores como uma atividade reparadora (Kerbrat-Orecchioni, 1998), é usado pelos aprendentes, que pretendem expressar o seu arrependimento, lamentando o ocorrido, apresentando estruturas distintas como o recurso ao pronome pessoal na sua forma de complemento indireto

(52) ***Desculpa-ma patrão amanhã nou vou atrasado vou ir rapidamente.***

ou ao verbo «pedir» na primeira pessoa do singular do presente do indicativo

(53) ***peço desculpa Mãe.***

Ainda que os verbos performativos «prometer» e «jurar» na primeira pessoa do presente do indicativo constituam a estrutura linguística usada por grande parte dos participantes, nota-se que uma parte não o faz, o que se pode dever ao facto de os aprendentes já terem o conhecimento de que o ato de promessa pode ser realizado sem o recurso a este verbo (Maíz-Arévalo, 2017, p. 88).

É de referir, também, que o recurso a estruturas condicionais se manifesta em dois enunciados, ainda que de forma implícita:

(54) ***Por favor, não queria fazer isso!! Ou eu vou chorar todos os dias e eventualmente morrer*** (Se não acreditarem em mim, eu chorarei todos os dias e eventualmente morrerrei.)

(55) ***Desculpa não não vais jogar mais em casa vou irei lá no parque para jogar.*** (Se eu quiser jogar, fá-lo-ei lá no parque.)

O valor compromissivo do enunciado depende do encadeamento lógico *se X → então Y*, ancorando a promessa numa circunstância futura.

No que diz respeito aos atos de promessa, a análise dos dados obtidos revela uma relativa dificuldade ao nível da identificação dos atos ilocutórios indiretos de promessa, nomeadamente em enunciados como

(56) ***Vou fazer o que me pediste.***

(57) ***Se namorares comigo, compro-te aquele anel.***

Na nossa perspetiva, esta dificuldade pode não se dever à estrutura linguística utilizada nem ao tipo de formulação, mas, antes, ao desconhecimento do significado das palavras utilizadas, uma vez que há uma taxa de respostas certas de 100% na identificação do ato de promessa em

(58) ***Eu posso ajudar-te se tu estiveres com dificuldade.***

na qual se recorre à estrutura linguística também utilizada em

(59) ***Se namorares comigo, compro-te aquele anel.***

correspondendo também a um ato ilocutório indireto.

Consideramos igualmente interessante verificar a dificuldade na compreensão do enunciado

(60) ***Tens a minha palavra.***

que constitui uma expressão idiomática utilizada com a força ilocutória de promessa em línguas tão díspares como as germânicas (como o inglês, «You have my word») e românicas (como o espanhol, «Tienes mi palabra»), mas também em línguas indo-arianas (como o urdu, میں تمہیں اپنا وعدہ دیتا ہوں, e o bengali, আমি তোমাকে কথা দিচ্ছি।) e semíticas (como o árabe, أدیتك كلمتي). Embora as expressões assentem na mesma base metafórica, quatro aprendentes de línguas maternas diferentes (árabe e inglês) não realizaram o exercício com sucesso.

Por outro lado, a identificação dos atos indiretos de ameaça reflete a capacidade de fazer inferências dos aprendentes e a atenção dada ao que está subentendido (Fraser, 1998, p. 167). Na verdade, a dificuldade manifestada pode estar associada a estes fatores bem como à mobilização dos universos de referência dos aprendentes e, obviamente, à ausência de contexto. Para além disso, o facto de os enunciados estarem na sua forma escrita pode também ter impactado a perceção do carácter ameaçador do enunciado. A ausência de outros indícios de ordem comportamental, como a «gesticulação locutória, a pronúncia, o riso» (Silva, 2014, p. 101) ou o tom de voz (Tompkinson et al., 2024) pode, também, ter contribuído para a dificuldade ao nível da identificação do ato em análise³⁴.

O recurso a expressões irónicas permitiu ao falante ser indelicado, ainda que parecesse estar a ser delicado – de acordo com «The Irony Principle» (Leech, 1983, p. 143). Os participantes não foram sensíveis ao desrespeito pela máxima de qualidade, proposta por Grice, nos estudos realizados em 1975 e, conseqüentemente, ao carácter ameaçador de, por exemplo,

(61) ***Estás quieto ou preferes que eu te acalme?***

evidenciando a incompreensão das reais intenções do falante. Para além disso, estudos referem que as ameaças indiretas, aquelas em que não nos é dada informação concreta sobre a ação que será a levada a cabo, como, por exemplo, a ameaça configurada pelos enunciados

(62) ***Não te preocupes. Eu trato de tudo ... à minha maneira.***

³⁴ Segundo Venuti (2013) «it has been calculated that in everyday normal interaction 75-80 % of the information comes from what we see and only 20-25 % from what we hear» (Venuti, 2013, p. 16).

(63) ***Depois do que a Beatriz fez, ela que não volte a falar comigo ...***

são as que mais oferecem dificuldades ao nível da identificação por serem, geralmente, caracterizadas pela ambiguidade (Goshkheteliani & Churchelauri, 2019).

A compreensão de atos indiretos de ameaça é, efetivamente, uma área problemática, uma vez que as palavras utilizadas num enunciado não são, geralmente, suficientes para permitir a perceção do carácter ameaçador do ato (Fraser, 1998, p. 169). Outros fatores devem ser tidos em consideração, como já vimos, e este facto pode, também, explicar os resultados obtidos neste estudo.

Relativamente ao tipo de formulações utilizada em enunciados que configuram atos de promessa, podemos verificar que, não tendo havido preferência por um tipo de realização, a opção pela formulação indireta pode estar associada ao tipo de relação estabelecida pelos interactantes (Yi-xuan, 2016)³⁵. Na verdade, a segunda imagem apresentada aos aprendentes, que sugeria a interação entre um empregado e a respetiva entidade patronal ou, pelo menos, alguém hierarquicamente superior, enfatizando não só a relação de poder entre os dois participantes na interação como a distância social que existe entre eles, suscitou a produção mais frequente da realização indireta do ato de promessa. A primeira imagem, por outro lado, que sugeria uma situação ocorrida em contexto familiar, induziu a maior parte dos participantes a recorrer a atos diretos de promessa.

No que diz respeito ao recurso a estratégias discursivas de mitigação e/ou de intensificação, que, como afirmam Camacho e Almeida (2022), «denotam o trabalho de figuração» (Camacho & Almeida, 2022, p. 258), a análise dos dados permitiu-nos apurar quais foram os mecanismos utilizados pelos aprendentes, na realização de atos de promessa.

O recurso a mitigadores, «elementos linguísticos de proteção (com um efeito de distanciamento do locutor)» (Camacho & Almeida, 2022, p. 258), em atos de promessa, está associado ao facto de este ato poder ameaçar não só a face positiva como também a face negativa tanto do locutor quanto do alocutário, como já referimos.

³⁵ Cf. a seguinte afirmação: «using indirect speech, as far as I am concerned, is connected with social relationships.» (Yi-xuan, 2016, p. 516)

Neste sentido, verificamos o recurso a formulações que evidenciam o carácter retórico deste mecanismo, que é, de acordo com Briz e Marco (2013), usado para «convencer, lograr un beneficio, persuadir y, a la vez, para cuidar las relaciones interpersonales y sociales o evitar que estas sufran algún tipo de menoscabo» (Briz & Marco, 2013, p. 293). Efetivamente os mitigadores presentes nas produções dos aprendentes revelam o desejo de diminuir o peso do compromisso, numa tentativa de o locutor salvar a sua face positiva; o desejo de reforçar a sinceridade e a fiabilidade ou credibilidade da promessa e de atenuar o sentimento de culpa ou diminuir a sua responsabilidade pela infração cometida, evidenciando-se, também, uma estreita relação entre as estratégias utilizadas e a distância social entre os interlocutores e a relação de «poder» estabelecida, como defende Kerbrat-Orecchioni (2005).

Em primeiro lugar, destacamos o recurso a atos de pedido de desculpa, uma estratégia de delicadeza negativa de carácter reparador, e a sequências de justificação, que acompanham os atos de promessa indiretos e que permitem aos aprendentes atenuar o grau de responsabilidade relativamente ao sucedido (atribuindo essa responsabilidade a fatores externos), na tentativa de proteger a sua face, como em:

(64) ***muito desculpa o meu outocarro e atrasado não foi otrofiz***

O pedido de desculpa constitui uma pré-sequência de preparação do ato diretor de asserção com um conteúdo proposicional de não ter cumprido com algo, incidindo os mecanismos de mitigação sobre a força de ilocução (Caffi, 2017).

Destacamos, também, o recurso a marcadores discursivos, como é o caso do «controlador de contacto»³⁶, presente no enunciado

(65) ***Desculpa Patrão, Eu não vou chegar atrasado através.***

em que se apela à consideração do interlocutor, que é nomeado (Briz & Marco, 2013, p. 304).

Recursos como a lítotes também são utilizados pelos aprendentes, como em

(66) ***Eu prometo eu vou tentar não ser atrasado nunca outro vez.***

Por outro lado, enunciados com o valor ilocutório de promessa, como os que se seguem, em que os aprendentes recorrem a mitigadores como «vou tentar» e perífrases

³⁶ Tradução nossa da expressão: «controladores del contacto» (Briz & Marco, 2013, p. 304).

verbais («Vou levantar-se...»), destacam o recurso à mitigação que incide sobre o conteúdo proposicional dos atos (Caffi, 2017):

(67) ***Eu vou tentar de chegar cedo. Vou levantar-se cedo de manhã.***

(68) ***Eu prometo eu vou tentar não ser atrasado nunca outro vez***

Para além disso, destacamos, também, o uso de mecanismos que permitem aos aprendentes reparar a sua imagem moral e reconstruir a relação social, oferecendo uma ação compensatória, como em:

(69) ***Eu prometo ser pontual.***

(70) ***Vou poupar algum dinheiro e comprar uma outra para ti.***

(71) ***Vou ficar horas extras para compensar.***

A mitigação nos enunciados utilizados pelos aprendentes também se destaca em enunciados como

(72) ***EU PROMETO QUE EU NÃO A FIZ. FOI O GATO***

em que o aprendente opta pela transferência da culpa (desloca a responsabilidade do sucedido para o gato), com o objetivo de atenuar a sua responsabilidade, distanciando-se da ação negativa.

É possível, ainda, concluir que os mecanismos utilizados denotam a preocupação dos aprendentes com o «trabalho de figuração» («facework»). Considerando o efeito que as suas palavras podem ter no destinatário, os aprendentes têm tendência para atenuar a força ilocutória ou o conteúdo proposicional dos enunciados que seriam proferidos pelas figuras representadas nas imagens, de forma a preservar a sua face e a dos alocutários.

A opção pelo recurso a mitigadores na realização de atos de promessa pode dever-se à consciência do carácter ameaçador deste ato, que conduz os participantes a pretender proteger a sua face. Se a promessa não for cumprida, a reputação de quem proferiu a promessa não ficará comprometida.

Para além disso, Briz e Marco (2013) defendem, ainda, a tendência para recorrer mais à atenuação, quando se escreve:

En principio, parece que se atenúa más cuando se escribe, por la menor inmediatez (en este caso también espacio-temporal), que cuando se habla (ciertamente, hay más inmediatez y actualidad entre hablante y oyente que entre escribiente y destinatario). Además, en lo oral se pueden reparar los daños (las palabras se las lleva el viento), en lo escrito no tanto (pues lo escrito, escrito queda). (Briz & Marco, 2013, p. 297).

Quanto aos mecanismos de intensificação, no domínio da produção de atos de promessa, verificamos o recurso a advérbios («nunca») e locuções adverbiais («de novo»), que enfatizam a promessa, como é possível verificar em:

(73) ***Foi a minha culpa e nunca vou repetir isso outra vez.***

(74) ***Desculpa mae, ~~je~~ nunca mas vou jogar bola dentro de casa.***

(75) ***DESCULPE, ISTO NÃO VAI ACONTECER DE NOVO***

A repetição (reduplicação) lexical do advérbio de negação «não»

(76) ***Desculpa não não vais jogar mais em casa vou ir lá no parque para jogar.***
assim como a hipérbole em

(77) ***Por favor, não queria fazer isso!! Ou eu vou chorar todos os dias e eventualmente morrer***

também constituem mecanismos de intensificação utilizados pelos aprendentes (Marco, 2004).

Ainda que menos recorrentes, os aprendentes socorrem-se, ainda, de outros mecanismos de intensificação como as enumerações, que de acordo com Marco (2004, p. 121) podem funcionar como intensificadores

(78) ***Desculpa Mãe ... eu ~~promese~~ prometo que vou ter mais cuidado aos proximos dias! Foi a minha culpa e nunca vou repetir isso outra vez.***

e as frases exclamativas, como em

(79) ***Desculpa Mãe ... eu ~~promese~~ prometo que vou ter mais cuidado aos proximos dias! Foi a minha culpa e nunca vou repetir isso outra vez.***

Para além disso, destacam-se, também, nas produções dos participantes o recurso a mecanismos que, ocorrendo ao nível do enunciado, permitem, segundo Marco (2004), intensificar o seu conteúdo proposicional. Trata-se, segundo a investigadora, de um mecanismo de «intensificación en la amplitud local» (Marco, 2004, p. 129), um recurso fónico, que afeta todo o enunciado:

(80) ***EU PROMETO QUE EU NÃO A FIZ. FOI O GATO.***

O mais recorrente mecanismo de intensificação corresponde ao recurso ao verbo performativo na primeira pessoa do presente do indicativo acompanhado da construção ir+ infinitivo que reforça a ideia, como em:

(81) ***Eu promeso que eu vou não jogar à bola em casa através, eu vou jogar à bola na fora, no futuro.***

(82) ***ok, não vou fazer isso, prometo***

(83) ***Eu prometo, eu não vou jogar à bola em casa.***

Na verdade, enunciados como os apresentados anteriormente, em que se recorre a duas estruturas linguísticas distintas, mas que têm o mesmo valor semântico e a mesma força ilocutória, neste contexto, destacam a necessidade de reforçar a sinceridade, numa tentativa de o aprendente salvaguardar a sua face positiva e negativa.

A análise dos dados permitiu-nos verificar, de algum modo, como é percebida e gerida a delicadeza na realização dos atos em análise.

O item que sugeria a seleção de um enunciado, tendo em conta o contexto em que seria usado (item 6), evidencia a tendência para evitar a indelicadeza. Na verdade, os participantes tenderam a selecionar o enunciado, em que se recorre a estruturas hipotéticas, como é o caso do advérbio «talvez», que, neste contexto, funciona como mitigador, enfraquecendo a força ilocutória de ameaça e reduzindo os indesejáveis efeitos que o ato poderia ter no ouvinte (Aldhulaee, 2024; Ali & Salih, 2020; Fraser, 1980). É provável que o estatuto social dos interactantes, em particular do locutor (o professor que não estaria a usar o telemóvel, na sala de aula) tenha impactado a seleção

dos participantes, como defende Hassen (2021, p. 34), e, também, os seus *backgrounds* linguísticos e culturais, no domínio do recurso à cortesia (Aldhulaee, 2024).

Por outro lado, é evidente o recurso a estratégias de delicadeza, como o emprego de «senhor», que antecede o ato de promessa e que denota o desejo de manifestar o respeito por alguém cujo estatuto é superior ao seu (Karyono, 2015):

(84) *Desculpa senhor Eu promessa Esta ultimo tempo a trazer*

A análise dos dados permitiu-nos, ainda, verificar o impacto dos contextos de uso, no que diz respeito às estruturas linguísticas utilizadas, na realização de atos de promessa. Assim, pudemos constatar que o contexto sugerido pela segunda imagem apresentada aos participantes, no terceiro item do questionário (contexto formal), conduziu os participantes a recorrer com maior frequência a atos de pedido de desculpa, uma estratégia de delicadeza negativa de carácter reparador, e a sequências de justificação, que acompanham os atos de promessa ora diretos ora indiretos. Por outro lado, em contexto familiar, os participantes optaram por recorrer com mais frequência a atos explícitos de promessa, tendo utilizado verbos performativos, como «prometer» e «jurar», na primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

Também nos pareceu interessante verificar a relação entre o recurso a estratégias de mitigação e o contexto, que exige mais ou menos formalidade. Desta forma, pudemos constatar que, em linha com Briz e Marco (2013), os contextos que exigem uma maior formalidade também correspondem a situações em que os mecanismos de mitigação são mais frequentes. A imagem que sugere a interação entre mãe e filho corresponde a um contexto em que se verifica um menor uso de rituais mitigadores: «menor uso de cortesia normativo-ritual (por ejemplo, se agradecen menos las acciones, se pide me nos con por favor...)» (Briz & Marco, 2013, p. 296).

Também podemos verificar a relação entre as estruturas linguísticas usadas pelos aprendentes na realização de atos de promessa e o respetivo nível de proficiência linguística.

Na realização de atos de promessa, são os participantes de níveis avançados de proficiência linguística deste estudo quem recorre com mais frequência a verbos

performativos conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, já que num universo de quatro participantes três optaram pelo recurso a estas estruturas.

Consideramos importante sublinhar que, no universo dos alunos de nível inicial de proficiência linguística, mais de metade recorreu a esta estrutura (onze em dezasseis participantes), o que denota, de alguma forma, a tendência para o seu uso. No entanto, esta tendência não é, com efeito, muito expressiva já que a opção por outras estruturas também é significativa (dez em dezasseis participantes).

Estes dados apresentam alguma relevância na medida em que contrariam, de alguma forma, aquilo que seria expectável em aprendentes de PLNM de níveis iniciais de proficiência linguística, no que diz respeito ao uso do ato ilocutório de promessa. Na verdade, o uso prototípico deste ato, nomeadamente o recurso a verbos performativos na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, não é, no estudo realizado, uma tendência que possamos associar, em particular, aos participantes de níveis iniciais de proficiência linguística, aprendentes que se encontram numa fase inicial de aprendizagem de uma LE, nem é mais frequente nestes níveis, o que pode se deve à aquisição, pelos participantes, de outras estruturas igualmente adequadas, como já foi aqui referido.

Por outro lado, são os participantes de níveis intermédios de proficiência linguística deste estudo os únicos que recorrem a estruturas condicionais implícitas.

Capítulo V - Conclusão

Tendo em conta as questões que nortearam esta investigação, podemos concluir que:

- no que diz respeito aos atos de promessa, os aprendentes evidenciaram uma maior compreensão dos atos nos enunciados em que se recorreu aos verbos performativos usados na 1.^a pessoa do singular do presente do indicativo e ao complexo verbal *ir + infinitivo*, acompanhados, por vezes, de estruturas condicionais, que explicitam as circunstâncias externas de que as promessas estão dependentes; no que diz respeito aos atos de ameaça, os aprendentes evidenciaram uma maior compreensão de enunciados que configuram ameaças que «dependem da ação do alocutário» (Almeida, 2016, p.26) e que Salgueiro (2010) designa por «diretivas-comissivas condicionais» (Salgueiro, 2010, p. 218), como já foi referido;

- as formulações diretas de atos de promessa foram mais facilmente compreendidas pelos participantes; os aprendentes de nível inicial de proficiência linguística revelaram mais dificuldades na interpretação do ato ilocutório indireto de ameaça;

- na realização de atos de promessa, os aprendentes recorreram com maior frequência a verbos performativos na primeira pessoa do presente do indicativo e ao complexo verbal *ir + infinitivo*, que remetem para um tempo futuro, não tendo havido uma preferência pelo tipo de formulação (direta ou indireta);

- na realização de atos de promessa, os aprendentes recorreram a estratégias de mitigação e de intensificação, o que revela alguma consciência da relevância de preservar a sua e a face do alocutário;

- os aprendentes apresentam uma tendência para evitar a indelicadeza, recorrendo a estratégias de cortesia negativa, como mostrar respeito e pedir desculpas, numa linguagem que tende a ser mais formal, uma vez que a distância social é maior;

- o nível de proficiência linguística dos aprendentes e o grau de formalidade dos contextos são fatores que impactam a seleção dos aprendentes, no que diz respeito às estruturas linguísticas utilizadas, na realização de atos de promessa.

Quanto às hipóteses levantadas, o estudo permitiu-nos verificar que são os aprendentes de níveis de proficiência linguística intermédios/avançados aqueles que distinguem o ato de promessa do de ameaça com maior sucesso.

Por outro lado, pudemos também confirmar a segunda hipótese levantada, uma vez que, efetivamente, os aprendentes de níveis iniciais de proficiência linguística recorrem, na realização de atos de promessa, à primeira pessoa do singular de verbos performativos, como «prometer» e «jurar», privilegiando, assim, os atos explícitos de promessa, ainda que optem, também, pelo recurso a outras construções, com praticamente igual frequência.

Por fim, pudemos, também, confirmar a terceira hipótese levantada, uma vez que a estrutura «se p, q!», em atos de ameaça, ofereceu mais dificuldades aos alunos de níveis de proficiência linguística mais baixos, tendo os alunos de níveis intermédios e avançados compreendido aquela estrutura, presente nos enunciados apresentados.

Acreditamos que o trabalho realizado poderá fornecer pistas que permitirão a investigadores desenvolver outros estudos sobre os atos de fala de promessa e de ameaça (em particular no domínio do português enquanto língua não materna), um aspeto da competência pragmática que não tem sido muito explorado.

Estamos conscientes de que os resultados apresentados e devidamente discutidos podem contribuir para o incremento dos conhecimentos relativos ao desenvolvimento da competência pragmática dos aprendentes de português como língua não materna e à compreensão e realização de atos de promessa e ameaça e, desta forma, impactar a perceção dos professores sobre a forma como estes aspetos podem ou devem ser abordados em sala de aula. Na verdade, a identificação de áreas mais problemáticas pode constituir um ponto de partida para a criação e desenvolvimento de estratégias de ensino e aprendizagem, que ajudem os aprendentes a ultrapassar os constrangimentos com que se deparam e a desenvolver a sua competência pragmática na língua-alvo, como sugerem Salema e Carapinha (2022).

Dado que diferentes culturas usam diferentes formas de expressar determinados atos de fala, nomeadamente os de promessa e de ameaça, urge prestar atenção ao impacto que isso tem, nomeadamente no plano das relações sociais.

Quanto às limitações deste estudo, podemos afirmar que se prendem, obviamente, com a dimensão da amostra e com o facto de as conclusões a que se chegou provirem de dados escritos que não permitem a análise do uso espontâneo da língua,

ainda que um dos itens conduza os participantes a escrever o que eles acreditam que poderia ser oralmente verbalizado na situação apresentada.

Aprender uma língua estrangeira não se pode resumir à aquisição de regras gramaticais e, nesse sentido, justifica-se o investimento e a importância a conferir a estudos sobre o desenvolvimento da competência pragmática.

Em *A Caverna*, José Saramago lembra-nos que o sentido das palavras nasce da forma como as usamos, do contexto em que as usamos, da forma como as interpretamos, já que estas «são apenas pedras postas a atravessar a corrente de um rio».

Referências bibliográficas

Aldhulaee, M. (2024). Verbosity and Politeness: External Mitigation of Request Speech Acts in Australian English and Iraqi Arabic. *International Journal of Social Science and Education Research Studies*, 4(7), 680-691. <https://doi.org/10.55677/ijssers/V04I7Y2024-03>

Al-Ameedi, R. (2012). Promise and threat in english and arabic religious texts: a pragmatic study. *al-Ameed*, 1(1-2), 9-104. https://www.researchgate.net/publication/311965089_Promise_and_Threat_in_English_and_Arabic_A_Pragmatic_Study

Ali, A. & Salih, S. (2020). A Taxonomy of Mitigation Devices in English Language. *Koya University Journal of Humanities and Social Sciences*. 3(1), 31-40. <https://jhss.koyauniversity.org/index.php/jhss/article/view/243>

Almeida, C. (1998). O acto ilocutório de oferta em português. In J. Fonseca (Ed.), *A organização e o funcionamento dos discursos. Estudos sobre o Português* (pp. 157-221). Porto Editora. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6228>

Almeida, C. (2016). «Conselho de amigo, aviso do céu»: contributos para a análise semântico-pragmática dos atos ilocutórios de conselho e de aviso em confronto com o de ameaça. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 2, 1-29. <http://hdl.handle.net/10400.2/6229>

Al-Shboul, O. (2023). A pragmatic study of the speech act of threatening between Jordanian and American speakers. *International Journal of Arabic-English Studies (IJAES)*, 23(2), 249–266. <https://doi.org/10.33806/ijaes.v23i2.454>

Andrade, P. (2016). Atos de fala e cultura no livro didático de português como língua estrangeira. *Estudos Linguísticos*, 42(2), 798–809. <https://revistadogel.emnuvens.com.br/estudos-linguisticos/article/view/967>

Antão, M. (2019). Contexto de aprendizagem da competência pragmática pelos falantes do português língua não materna em Valência, Espanha: Contributos para uma análise das formas de tratamento e das estratégias de delicadeza em sequências de atos ilocutórios doutoramento [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto.

https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/8855/1/TMPLNM_MartaAntao.pdf

Austin, J. (1962). *How to do things with words*. Oxford University Press.

https://pure.mpg.de/rest/items/item_2271128/component/file_2271430/content

Baleghizadeh, S. (2007). Speech acts in English language teaching. *Iranian Journal of Language Studies*, 1(2), 41-52.

https://www.researchgate.net/publication/26457890_Speech_Acts_in_English_Language_Teaching

Baltazar, A. (2019). “Precisamos de materiais reais para as nossas necessidades reais”: Alguns princípios orientadores para a elaboração de materiais didáticos, para o ensino da língua portuguesa, no ensino secundário técnico-vocacional de Timor-Leste. In P., Osório & L., Gonçalves (Eds.), *O ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NÃO MATERNA: Metodologias, Estratégias e Abordagens de Sucesso* (pp. 16-59). Dialogarts.

Barbeiro, C. (2017). *As Práticas Discursivas nas Interações Verbais em Contexto Pedagógico - Contributos da Sociolinguística Interacional para o estudo do discurso na aula de Português* [Tese de doutoramento, Universidade Aberta]. Repositório Aberto.

<http://hdl.handle.net/10400.2/6691>

Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E. & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista? In P., Sá, A., Costa &

A., Moreira (Eds), *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação-Recolha de dados* (pp.13-36). Universidade de Aveiro.

Al Shamiri, S., & Abbas, I. (2016). *The speech act of threatening in English and Arabic with reference to the Glorious Qur'an* (pp. 1-39).

<https://doi.org/10.13140/RG.2.2.35445.58084>

Blum-Kulka, S., House, J., & Kasper, G. (eds.) (1989). Cross-cultural pragmatics: Requests and apologies. In S. Blum-Kulka, J. House, & G. Kasper (Eds.), *Advances in discourse processes* (pp. 1-34). NJ:Ablex.

Briz, A. & Marco, M. (2013). Una propuesta teórica y metodológica para el análisis de la atenuación lingüística en español y portugués. La base de un proyecto común (ES.POR.ATENUACIÓN). *Onomázein Revista de lingüística, filología y traducción*. 28. 288-319.

<https://www.researchgate.net/publication/277688255> Una propuesta teorica y metodologica para el analisis de la atenuacion linguistica en espanol y portugues La base de un proyecto comun ESPORATENUACION

Brown, P., & Levinson, S. (1978). Universals in Language Usage: Politeness Phenomena. In E. Goody (Ed.), *Questions and Politeness: Strategies in Social Interaction* (pp. 56-310). Cambridge University Press.

Brown, P., & Levinson, S. (1987). *Politeness: Some universals in language usage*. Cambridge University Press.

Caffi, C. (2017). La mitigazione: tappe di un itinerario di ricerca. *Normas*. 7(1), 4-18.

<http://dx.doi.org/10.7203/Normas.7.10421>

Camacho, I. (2018): Contributos da análise linguística das histórias de vida em situação de entrevista para o processo de ensino e aprendizagem do Português Língua Não

Materna: aspetos do desenvolvimento da competência pragmática em contextos orais interativos [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto. <http://hdl.handle.net/10400.2/7897>

Camacho, I. & Almeida, C. (2022). Estratégias de proteção e mitigação do discurso em português língua não materna: um estudo de caso. *Limite. Revista de Estudios Portugueses y de la Lusofonia*. (16), 257-292. <https://revista-limite.unex.es/index.php/limite/article/view/2356>

Castelfranchi, C., & Guerini, M. (2007). *Is it a promise or a threat?* *Pragmatics & Cognition*, 15(2), 277-311. <https://doi.org/10.1075/pc.15.2.05cas>

Chen, I. (2017). Face-Threatening Acts: Conflict between a Teacher and Students in EFL Classroom. *Open Journal of Modern Linguistics*, 7, 151-166. <https://doi.org/10.4236/ojml.2017.72012>

Christensen, T. (2019). Indirect threats as an illegal speech act. In K. Ramshøj Christensen, J. Wood, & H. Jørgensen (Eds.), *The Sign of the V. : Papers in Honour of Sten Vikner* (pp. 113-130). Aarhus Universitet. <https://doi.org/10.7146/aul.348.92>

Código Ético da Universidade Aberta (2023) https://portal.uab.pt/wp-content/uploads/2023/05/NOT-Proj.Codigo-Etico-da-UAb_Desp.Aprov_p.a-CP_D52-R-2023.pdf

Conison, J. (1997). The Pragmatics of Promise. *Canadian Journal of Law and Jurisprudence*, 10(2), 273-322.

Conselho da Europa. (2001). Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas: Aprendizagem, ensino, avaliação. Cambridge University Press. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf

Cornillie, B. (2004). The shift from lexical to subjective readings of Spanish *prometer* 'to promise' and *amenazar* 'to threaten'. A corpus-based account. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)* 14(1), 1–30.

Cornillie, B. (2007). *Evidentiality and epistemic modality in Spanish (semi-) auxiliaries: a cognitive-functional approach*. Walter de Gruyter.

David, M. (2016). *Using movies to teach the Speech Act of Refusals*. University of Malaya. ResearchGate.

https://www.researchgate.net/publication/305309139_Using_Movies_to_teach_the_Speech_Act_of_Refusals

Darong, H. (2024). Teaching speech acts in EFL context. *Front. Educ.*, 9, 1-6. <https://doi.org/10.3389/educ.2024.1423498>

Egner, I. (2002). *The speech act of promising in an intercultural perspective*. (pp.1-10). SIL International.

Flores, T. (2000). *Agir com Palavras: A Teoria dos Actos de Linguagem de John Austin*. (pp.1-18). Escola Superior de Comunicação Social. https://www.academia.edu/47044439/Agir_com_Palavras_A_Teoria_dos_Actos_de_Linguagem_de_John_Austin

Flores-Ferrán, N. (2020). Linguistic mitigation. In N., Flores-Ferrán (Ed.), *Linguistic Mitigation in English and Spanish* (pp.10-25). Routledge. https://www.researchgate.net/publication/305309139_Using_Movies_to_teach_the_Speech_Act_of_Refusals

Fraser, B. (1998). Threatening revisited. *Forensic Linguistics*, 5(2), 159-173. https://www.researchgate.net/publication/250014950_Threatening_revisited

Galvão, M. (2007). Atos de fala indiretos e implicaturas conversacionais [Manuscrito não publicado]. Academia.edu.

[https://www.academia.edu/42733938/Atos de fala indiretos e implicaturas conversacionais](https://www.academia.edu/42733938/Atos_de_fala_indiretos_e_implicaturas_conversacionais)

Gil, J. (2012). Face-Threatening Speech Acts and Face-Invading Speech Acts: An Interpretation of Politeness Phenomena. *International Journal of Linguistics*, 4(2), 400-411. <http://dx.doi.org/10.5296/ijl.v4i2.1858>

Goffman, E. (1967). *Interaction Rituals. Essays on face to face behavior*. Pantheon Books.

Gomes, C. (2013). Mecanismos de atenuação e intensificação no ensino do Português Língua Estrangeira: um estudo de caso [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. Repositório da Universidade do Porto.

Gómez, A. (1998). *El español coloquial en la conversación: esbozo de pragmatogramática*. Ariel Lingüística.

Gonçalves, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação Social I - Programa, Conteúdo e Métodos de Ensino Teórico e Prático* (Relatório apresentado para provas de agregação no Grupo Disciplinar de Sociologia). Universidade do Minho, Instituto de Ciências Sociais.

Gonçalves, L. (2019). Aprendizagem intencional em tandem: os modos comunicativos na telecolaboração em língua estrangeira. In P., Osório & L., Gonçalves (Eds.), *O ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NÃO MATERNA: Metodologias, Estratégias e Abordagens de Sucesso* (pp. 16-59). Dialogarts.

Goshkheteliani, I., & Churchelauri, B. (2019). Typological Classification of Threat and the Explicit and Implicit Forms of its Expression; Linguistic Markers of Stance. *Journal of Narrative and Language Studies*, 7(13), 200-220.

https://www.researchgate.net/publication/345848825_Typological_Classification_of_Threat_and_the_Explicit_and_Implicit_Forms_of_its_Expression_Linguistic_Markers_of_Stance

Grice, H. (1975). Logic and Conversation. In P. Cole, and J. L. Morgan (Eds.), *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. (pp. 41–58). Academic Press.

Hassen, K. (2021). Strategies and mitigation devices in the speech act of disagreement in American English. *Studies in Pragmatics and Discourse Analysis*. 2. 26-39.
<https://doi.org/10.48185/spda.v2i1.243>

Husain, A., Hamamah, H. & Nurhayani, I. (2020). Commissive Speech Act in Indonesian Presidential Debate. *Okara: Jurnal Bahasa Dan Sastra*, 14(1). 81-98.
<https://doi.org/10.19105/ojbs.v14i1.3141>

Karyono, J. (2015). *Speech act of promising used by Pacitan vocational English teacher*.

Kerbrat-Orecchioni, C. (1998). *Les interactions verbales: variations culturelles et échanges rituels*. Armand Colin.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2001). *Les actes de langage dans le discours*. Nathan.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2005). *Os atos de linguagem no discurso: teoria e funcionamento*. EdUFF.

Kerbrat-Orecchioni, C. (2007). L'analyse du discours en interaction: quelques principes méthodologiques. *Limbaje si comunicare*, IX, pp.13-32.

<https://pt.scribd.com/document/194281689/Artigo-Catherine-Kerbrat-Orecchioni>

Lajewski, L. (2021). Atos de Fala e Estratégias de Delicadeza no desenvolvimento da competência pragmática de alunos de Português Língua Não Materna no contexto de

ensino alemão [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta].

<http://hdl.handle.net/10400.2/12156>

Lajewski, L. & Almeida, C. (2022). Atos de Fala e Estratégias de Delicadeza no desenvolvimento da competência pragmática de alunos de Português Língua Não Materna no contexto de ensino alemão, *Cadernos de PLE. Estudos Variacionistas e Aplicados em Língua Não Materna*, 76-101.

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/12156>

Leech, G. N. (1983). *Principles of Pragmatics*. Longman.

Limberg, H. (2015). Principles for pragmatics teaching: Apologies in the EFL classroom. *ELT Journal*, 69(3), 275–285. <https://doi.org/10.1093/elt/ccv012>

Maíz-Arévalo, C. (2017). ‘A promise is a promise... but what about threats?’: An English-Spanish contrastive analysis of the verbs *promise–prometer* and *threaten–amenazar*. *Journal of Pragmatics*, 134, 192–205. <https://doi.org/10.1016/j.pragma.2018.06.009>

Marco, A. (2004). *La intensificación en el español coloquial. Tesis doctoral*. Valencia : Universitat de Valencia.

https://www.researchgate.net/publication/50819060_La_intensificacion_en_el_espanol_coloquial

Mayrita, H., Andriani, M., & Fransiska, E. (2023). Implications of Illocutionary Speech Acts Study in Language Learning for Foreigners. *ENGLISH FRANCA: Academic Journal of English Language and Education*, 7(2), 409-422.

<http://journal.iaincurup.ac.id/index.php/english/article/view/8037>

Monin, M., Ledeneva, E., & Terekhova, V. (2022). Promise: Semantic, communicative and temporal aspects. *WISDOM*, 3(2), 107–116. <https://doi.org/10.24234/wisdom.v3i2.691>

Ottoni, P. (2002). John Langshaw Austin e a Visão Performativa da Linguagem. *Delta*, 18(1), 117-143.

<https://www.scielo.br/j/delta/a/ysBDL9Cr4ZqBPP96MgkVyGG/?format=pdf&lang=pt>

Penal Code - English - Japanese Law Translation. (s.d.).

<https://www.japaneselawtranslation.go.jp/en/laws/view/3581/en>

Peters, A. (2024). Threatening as a sociocultural–conceptual communicative act. *World Englishes*, 43, 491–502. <https://doi.org/10.1111/weng.12658>

Porcellato, A. & Blanco, Y. (2022). O ato de fala da “recusa a convites” nos livros didáticos de ensino de língua estrangeira: português brasileiro e italiano. *Diadorim*, 24(2), 346-371.

<https://doi.org/10.35520/diadorim.2022.v24n2a50688>

Rakaj, D. (2022). The speech act of promising in political speeches: A case study of Obama’s speeches. *Journal of Language Teaching and Research*, 13(5), 908–915.

<https://doi.org/10.17507/jltr.1305.02>

Rashid, B. (2015). A pragmatic analysis of commissives in some selected American political texts. *International Journal of Current Research*, 7(12), 23805–23814.

Rodrigues, A. (2009). Actos de linguagem. In C., Ceia, E-Dicionário de Termos Literários.

<https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/actos-de-linguagem-speech-acts>

Rose, K. (1999). Teachers and students learning about requests in Hong Kong. In E., Hinkel (Ed.), *Culture in second language teaching and learning* (pp. 167-180). Cambridge University Press.

Runnan, Q. (2021). O ensino de atos ilocutórios em PLE - Construção de materiais instrucionais [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral Repositório Científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96997>

Saleh, E. (2021). The effect of speech act functions on the development of efl learners' high order thinking skills. *International Journal of Technical Research & Science*, 4(11), 24-32.

<https://www.researchgate.net/publication/349304378> THE EFFECT OF SPEECH ACT FUNCTIONS ON THE DEVELOPMENT OF EFL LEARNERS' HIGH ORDER THINKING SKILLS English Language Teacher and Coordinator at Ministry of Education Teaching Diploma of Teaching

Salema, L. & Carapinha, C. (2022). «Não sei como dizer em português para não sembrar tão mal-educada» – o ato de censura na interlíngua de falantes de PLN. *Redis: revista de estudos do discurso*, (11), 246-274.

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/re/article/view/12878/11753>

Salgueiro, A. (2010). Promises, threats, and the foundations of speech act theory. *Pragmatics*, 20(2), 213-228. <http://dx.doi.org/10.1075/prag.20.2.05bla>

Sami, S. (2015). *The Differences between Threat and Promise Acts*. *International Research Journal of Humanities & Social Science*, 1(3), 46–53. <https://www.researchgate.net/publication/294885780> The Differences between Threat and Promise Acts

Saramago, J. (2000). *A Caverna* (3.^a edição). Leya.

Silva, V. (2014). *“Comunidades de práticas” nas redes sociais: atos de discurso em interação e estratégias discursivas principais*. [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta]. Repositório Aberto. <http://hdl.handle.net/10400.2/3316>

Simão, P. (2024). *Contributos da Pragmática Intercultural para o estudo de práticas discursivas em ambientes multiculturais de aprendizagem do Português Língua Não Materna*. [Dissertação de mestrado, Universidade Aberta].

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/16232?locale=pt> PT

Searle, J. (1969). *Speech Acts*. Cambridge Univ. Press.

Searle, J. (1972). *Les actes de langage*. Hermann.

Searle, J. (1975). What is a Speech Act? In M., Black (Ed.), *Philosophy in America* (pp. 221—239). Routledge.

<https://jwood.faculty.unlv.edu/unlv/Articles/SearleWhatIsASpeechAct.pdf>

Searle, J. (1979). *Expression And Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. Cambridge University Press.

Sita, R. (2018). An analysis of commissive and assertive speech acts in Donald Trump's speeches. [Tese de graduação, State Islamic University Syarif Hidayatullah]. Institutional Repository UIN Syarif Hidayatullah. <https://www.semanticscholar.org/paper/An-analysis-of-commissive-and-assertive-speech-acts-Sita/2ffc50edb46aac0e19727f7da0154ba3142210c0>

Stevanovic, M & Svennevig, J. (2015). Introduction: Epistemics and deontics in conversational directives. *Journal of Pragmatics*, 78, 1-6. <http://dx.doi.org/10.1016/j.pragma.2015.01.008>

Taguchi, N. (2011). Teaching Pragmatics: Trend and Issues. *Annual Review of Applied Linguistics*, 31, 289-310. <http://dx.doi.org/10.1017/S0267190511000018>

Tompkinson, J., Mileva, M., Watt, D., & Burton, A. M. (2024). Perception of threat and intent to harm from vocal and facial cues. *Quarterly Journal of Experimental Psychology*, 77(2), 326–342. <https://doi.org/10.1177/17470218231169952>

Venuti, I. (2013). *A comparison of the realization of requestive speech acts in Italian and German*. Tesi di laurea. Università Ca' Foscari di Venezia.

<https://unitesi.unive.it/retrieve/e7eb54d3-58c3-4e5d-beeb-27b097d6ff74/831549-1157053.pdf>

Verbrugge, S., Dieussaert, K., Schaeken, W., & Van Belle, W. (2004). Promise is debt, threat another matter: The effect of credibility on the interpretation of conditional promises and threats. *Canadian Journal of Experimental Psychology / Revue canadienne de psychologie expérimentale*, 58(2), 106–112. <https://doi.org/10.1037/h0085804>

Walliman, N. (2011). *Research Methods: The Basics*. Routledge.

Xin, L. (2019). Contributos para a análise do ato ilocutório de crítica numa perspetiva contrastiva: o caso dos aprendentes chineses de PLE [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral.

https://estudogeral.uc.pt/retrieve/200558/LiXin_versaofinal.pdf

Yi-xuan, F. (2016). Teaching speech acts in EFL classrooms: An implicit pedagogy. *Sino-US English Teaching*, 13(7), 515–520.

[https://www.researchgate.net/publication/310763904 Teaching Speech Acts in EFL Classrooms An Implicit Pedagogy](https://www.researchgate.net/publication/310763904_Teaching_Speech_Acts_in_EFL_Classrooms_An_Implicit_Pedagogy)

Yuqi, S. (2018). Delicadeza Linguística: do Mandarim ao Português Interação aluno/professor no contexto universitário, através de email [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa.

<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33919>

Zamborlin, C. (2007). Going beyond pragmatic failures: Dissonance in intercultural communication. *Intercultural Pragmatics*, 4(1), 21–50.
<https://doi.org/10.1515/IP.2007.002>

Zhang, W. (2023). Atos de Fala Indiretos e Implicaturas Conversacionais: um estudo com alunos chineses de PLE. [Dissertação de mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional de Aveiro. <https://ria.ua.pt/handle/10773/40416>

Anexos

Anexo I

Consentimento informado

Caro(a) Encarregado(a) de Educação,

O meu nome é Maria de Fátima Rodrigues Silva. Sou professora na Escola Secundária de Palmela e, atualmente, encontro-me a desenvolver um trabalho de investigação sobre a aprendizagem dos atos de promessa e de ameaça, em contexto escolar, por aprendentes de Português Língua Não Materna., no âmbito do Mestrado em Português Língua Não Materna, na Universidade Aberta, sob a orientação da Professora Doutora Carla Almeida,

A recolha de dados será feita através do preenchimento de uma ficha sociolinguística, em que são solicitados dados relativos à aprendizagem do Português Língua Não Materna, e de um questionário, que será aplicado dentro do horário letivo do aluno.

Esta participação é confidencial (o anonimato será salvaguardado) e voluntária, podendo os participantes, em qualquer momento, desistir da colaboração se assim o desejarem. Os dados recolhidos serão utilizados apenas para fins de investigação científica. Para informações ou esclarecimentos adicionais, poderá contactar-me pelas seguintes vias:

Email: mfatima.silva@espalmela.net

Telemóvel: 914230332

Para formalizar a participação do seu educando, solicita-se o preenchimento do consentimento apresentado abaixo, agradecendo-se, desde já, o contributo para o desenvolvimento deste estudo.

----- ✂

<p>Declaro que li e compreendi a informação disponibilizada. Assim, autorizo <input type="checkbox"/> não autorizo <input type="checkbox"/></p> <p>a participação do(a) _____ (nome do(a) aluno(a)) neste estudo.</p> <p>Assinatura (Encarregado de Educação): _____</p> <p>Assinatura (Aluno/a): _____</p> <p>_____ (Local), ____/____/____ (data)</p>

Informed consent

Dear Parent,

My name is Maria de Fátima Rodrigues Silva. I am a teacher at Escola Secundária de Palmela and I am currently carrying out a research project at Universidade Aberta, under the supervision of Professor Carla Almeida, on the learning of the acts of promising and threatening in a school context by learners of Portuguese as a non-native language.

Data will be collected by filling in a sociolinguistic form asking for information about learning Portuguese as a non-native language and a questionnaire, which will be administered during the student's school hours.

Participation is confidential (anonymity will be safeguarded) and voluntary, and participants may withdraw at any time if they wish. The data collected will only be used for scientific research purposes. For further information or clarification, you can contact me via the following channels:

Email: mfatima.silva@espalmela.net

Mobile phone: 914230332

To formalize the participation of your child, please fill in the consent form presented below, and thank you in advance for your contribution to the development of this study.

----- ✂

<p>I declare that I have read and understood the information provided. Thus, I</p> <p>authorize <input type="checkbox"/> do not authorize <input type="checkbox"/></p> <p>the participation of _____ (student's name) in this study.</p> <p>Signature (Guardian): _____ Signature (Student): _____</p> <p>_____ (Location), ____/____/____ (date)</p>

Informed consent

Dear participant,

My name is Maria de Fátima Rodrigues Silva. I am a teacher at Escola Secundária de Palmela, in Portugal, and I am currently carrying out a research project at Universidade Aberta, under the supervision of Professor Carla Almeida, on the learning of the acts of promising and threatening by learners of Portuguese as a non-native language.

Data will be collected by filling in a sociolinguistic form asking for information about learning Portuguese as a non-native language and a questionnaire.

Participation is confidential (anonymity will be safeguarded) and voluntary, and participants may withdraw at any time if they wish. The data collected will only be used for scientific research purposes. For further information or clarification, you can contact me via the following channels:

Email: mfatima.silva@espalmela.net

Mobile phone: +351914230332

To formalize your participation, please fill in the consent form presented below, and thank you in advance for your contribution to the development of this study.

----- ✂

I declare that I have read and understood the information provided. Thus, I

would like wouldn't like

to participate in this study.

Signature: _____

_____ (Location), ____/____/____ (date)

Anexo II

Ficha sociolinguística

1. Dados pessoais

1.1 Nome completo: _____

1.2 Idade: _____

1.3 Género:

masculino	<input type="checkbox"/>
feminino	<input type="checkbox"/>

1.3 País de nascimento/de origem: _____

1.4 Nacionalidade: _____

2. Perfil linguístico

2.1 Língua materna: _____

2.2 Outra(s) língua(s) que fala:

Língua(s)				
Nível de proficiência linguística: <ul style="list-style-type: none">• Nível inicial• Nível intermédio• Nível avançado				

Língua(s)				
Nível de proficiência linguística: <ul style="list-style-type: none">• Nível inicial• Nível intermédio• Nível avançado				

2.3 Língua(s) falada(s) em casa e com familiares: _____

2.4 Língua(s) falada(s) com os amigos: _____

2.5 Tempo de exposição à língua portuguesa:

- 6 meses	
6 meses a 1 ano	
1 ano a 4 anos	
+ 4 anos	

2.6 Contextos em que utiliza a língua portuguesa:

Trabalho		
Viagens		
Estudo		
Lazer	Atividades físicas e desportivas (natação; dança; caminhada ...)	
	Hobbies (culinária; pintura; fotografia; ...)	
	Atividades sociais (ir ao cinema; jogar jogos de tabuleiro; usar redes sociais...)	

Muito obrigada pela tua participação!

Anexo III

QUESTIONÁRIO

Olá!

Este questionário enquadra-se numa investigação, no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em PLNM da Universidade Aberta, sobre os atos de promessa e de ameaça em contexto de aprendizagem do Português como Língua Não Materna. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos.

1. Assinala com uma ✘ as frases que correspondem a promessas e as frases que correspondem a ameaças.

Frases	Promessa	Ameaça
1.1 Se continuares a bater-me, eu posso levar-te ao hospital.		
1.2 Por favor, não contes o que te disse para continuarmos a ser amigos.		
1.3 Se namorares comigo, compro-te aquele anel.		
1.4 Olha que eu te dou um murro!		
1.5 Eu juro que vou ao cinema contigo se tiveres boa nota no teste.		
1.6 Vou estar na tua casa muito cedo. É uma promessa.		
1.7 Se não estudares, não vais poder usar o telemóvel durante um mês.		
1.8 Eu posso ajudar-te se tu estiveres com dificuldades.		

2. Identifica, colocando uma ✘ , as frases que indicam promessas.

2.1 Eu prometo que vou fazer o trabalho de casa.

2.2 Vou fazer o que me pediste.

2.3 Tens a minha palavra.

2.4 Atreve-te a chegar tarde à escola!

2.5 Prometo! Isto não vai voltar a acontecer!

2.6 Não te preocupes. Eu trato de tudo... à minha maneira.

2.7 Juro que estava a pensar em ti!

3. Completa os diálogos. Escreve as promessas que as figuras estão a fazer, em cada uma das situações.



Imagem gerada por IA

3.1

Mãe: Já partiste a minha taça de vidro preferida. Não podes jogar à bola em casa!

Filho: _____



Imagem gerada por IA

3.2

Patrão: Chegou novamente atrasado. Isto não pode acontecer!

Empregado: _____

4. Identifica, colocando uma ✖ , as frases que podem indicar ameaças.

4.1 Estás quieto ou preferes que eu te acalme?

--

- 4.2 Faz o que te digo, se não queres que te castigue!
- 4.3 Podes contar comigo. Somos amigos.
- 4.4 Mais uma atitude dessas e eu juro que te destruo.
- 4.5 Se cooperares comigo, não te farei mal.
- 4.6 Prometo que nunca mais vou ser simpático contigo.

5. Qual dos diálogos (A ou B) corresponde à seguinte interpretação implícita?

A Beatriz promete ao Tiago que não se vai esquecer de ir ter com ele ao café. O Tiago acredita nas palavras da Beatriz. No entanto, mais tarde, a Beatriz não aparece no café e o Tiago fica desiludido e profere uma ameaça.

A	Beatriz: Não me vou esquecer de ir ter contigo ao café. Tiago. Está bem. Vou confiar em ti. (Mais tarde, o Tiago está no café, mas a Beatriz não aparece.) Tiago: Depois do que a Beatriz fez, ela que não volte a falar comigo...
----------	---

B	Beatriz: Não me vou esquecer de ir ter contigo ao café. Tiago. Está bem. Vou confiar em ti. (Mais tarde, o Tiago está no café, mas a Beatriz não aparece.) Tiago: Depois do que a Beatriz fez, vou voltar a falar com ela.
----------	---

Resposta: _____

6. Selecciona a opção mais adequada (A ou B).

6.1 Na aula de Matemática do Tiago estão dois professores. Os alunos estão a fazer exercícios e um dos professores está a usar indevidamente o telemóvel.

Indica qual das frases (A ou B) poderá o professor (que não está a usar o telemóvel) dizer.

A – Vais continuar a usar o telemóvel ou preferes que vá falar com a Diretora da escola?

B – Talvez seja melhor para ti não estares a olhar para o telemóvel durante a aula.

Resposta: _____

Obrigada pela tua colaboração!